

Quem disse ?

«É preciso firmeza para consolidar e reforçar o nosso sistema de Segurança Social contra as tentativas do seu esvaziamento ou as propostas que conduziriam a um sistema público para os pobres e a um sistema privado para os ricos»

Manuel Alegre
Expresso, 17 de Junho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1069 • 22 JUNHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Decisão tomada no Conselho da Feira

Lisboa recebe cimeira Euro-África

Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze chegaram terça-feira a acordo sobre a realização da próxima cimeira Europa-África em Lisboa, no primeiro semestre de 2003. Esta decisão foi tomada durante o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que encerrou a presidência portuguesa da União. Os principais líderes políticos dos Estados-membros da União Europeia dos países de África realizaram a sua primeira reunião no Cairo, a 2 e 3 de Abril último, a meio do semestre da presidência portuguesa. No primeiro semestre de 2003, quando Lisboa receber a cimeira entre a Europa e África, cabe à Grécia assumir a presidência da União Europeia.

Em Santa Maria da Feira, os Quinze aprovaram também o quadro das futuras relações entre a União Europeia e a NATO, dando mais um passo no processo de uma política de defesa comum. «Foram identificados princípios e modalidades para a celebração de acordos a fim de permitir que os membros europeus da NATO que não fazem parte da União Europeia possam contribuir para a gestão militar das crises na União», lê-se no documento das conclusões da cimeira de Santa Maria da Feira.

Neste âmbito, foram ainda identificados os princípios que deverão reger o processo de consultas com a Aliança Atlântica em domínios como questões de segurança, o acesso da União aos meios da NATO, os objectivos de capacidade e a definição de um regime de consulta permanente.

Outra das decisões foi a criação de uma força policial de cinco mil homens até 2001 para missões internacionais de prevenção de conflitos e gestão de crises, dos quais os primeiros mil deverão ser disponibilizados pelos Estados-membros num espaço de um mês.

Cimeira do Conselho Europeu em Santa Maria da Feira

Presidência portuguesa da União Europeia

Triunfos em todas as frentes



Portugal conseguiu cumprir todos os objectivos com a sua presidência da União Europeia. Conseguiu, inclusivamente, fechar um acordo que ficará para a história da União Europeia: o pacote fiscal, que estava num impasse há cerca de 12 anos. No final da cimeira de Santa Maria da Feira, António Guterres era um primeiro-ministro visivelmente satisfeito com os progressos registados no semestre em que coordenou os destinos da União. Verificaram-se avanços nas relações entre a União Europeia e a NATO, em capítulos como as sociedades de informação, o emprego e o combate à exclusão social. Para a história dos Quinze, a cimeira que encerrou a presidência portuguesa também ficará assinalada pela admissão da Grécia à moeda única.



Política

Diploma apresentado pelo secretário de Estado Luís Patrão Lei de organização criminal avança no parlamento



O Governo apresentou na AR, a proposta de lei de organização criminal. Um documento que, segundo Luís Patrão, pretende clarificar as responsabilidades, promover as solidariedades à volta de soluções jurídicas e socialmente construtivas, evitar as disfunções e sobreposições de competências e de tarefas, e consagrar uma estrutura organizativa de todo o sistema mais conforme com as exigências da investigação criminal e com uma prática cada vez mais cooperante e rentabilizadora.

Governo

Poder Local Nova Lei Orgânica



O Executivo socialista criou uma Lei Orgânica que regulará a eleição dos membros e a constituição e composição dos órgãos das autarquias. A decisão foi tomada, na passada Quinta-feira, dia 15, durante a reunião do Conselho de Ministros. Recorde-se que o programa do Executivo socialista integra a reforma do sistema eleitoral e do sistema de governo local, visando a melhoria progressiva das relações entre os cidadãos e as instituições políticas, como meio de aperfeiçoamento da qualidade da democracia.



Missão cumprida

«Com a conclusão dos nossos trabalhos, podemos dizer que todos os elementos que constavam do mandato atribuído à presidência portuguesa e do nosso programa foram concluídos. E quando digo todos, quero dizer mesmo todos, o que inclui o acordo a que chegámos para aprovar o relatório do Ecofin sobre o pacote fiscal», afirmou António Guterres na conferência de Imprensa final da cimeira da União Europeia, que terminou ontem em Santa Maria da Feira.

Guterres mostrava-se assim plenamente satisfeito por ter cumprido todos os objectivos da ambiciosa agenda da presidência portuguesa. O acordo sobre política fiscal que era procurado há 12 anos «inclui finalmente uma orientação clara sobre os princípios e orientações que enformarão as futuras directivas».

A harmonização da fiscalidade da União Europeia sobre as poupanças, que se encontrava num impasse há muitos anos, é uma medida de grande importância, pois compromete a existência de «paraísos fiscais» no interior do território comunitário, principalmente na Grã-Bretanha e no Luxemburgo.

Trata-se de um passo muito importante para a credibilidade da União Europeia. Com efeito, o acordo revela um significativo avanço no sentido da plena integração europeia. Num espaço já integrado ao nível dos mercados e ao nível monetário, ficou agora definido o desenvolvimento de um novo espaço na integração essencial ao nível fiscal, dado que a manter-se a actual situação além de impedir a tributação de avultados rendimentos de poupanças e investimentos, distorcia a concorrência.

Mas a festa de Santa Maria da Feira não ficou apenas pela aprovação deste pacote fiscal. A entrada da Grécia na moeda única europeia foi outro facto que marcou positivamente a cimeira, reforçando ainda mais a coesão e a aproximação entre todos os Estados-membros.

Durante a presidência portuguesa foram dados passos significativos para o avanço da Europa em todas as linhas da sua construção: a Carta Europeia das Pequenas Empresas, o plano de acção para a sociedade de informação, o plano europeu da ciência, a formação ao longo da vida, o combate à exclusão social, as reformas do mercado interno, a política de empresa e de inovação e a política de protecção social são apenas algumas das medidas de maior destaque.

Para António Guterres, a cimeira de Santa Maria da Feira não poderia correr melhor. Portugal encerrou com chave-de-ouro uma presidência que recolheu a todos os níveis os melhores e mais rasgados elogios. A presidência portuguesa foi das mais produtivas e isso chegou a ser reconhecido pelo insuspeito «The Economist», ao propor, esta semana, Guterres para sempre na presidência da União Europeia.



«MISSING»: ADMIRÁVEL DENÚNCIA DO TERROR DO REGIME DE PINOCHET

«Comissão Política do PS suspende Salgado Zenha do cargo de presidente do Grupo Parlamentar» era a grande manchete da edição de 24 de Junho de 1982 do «Acção Socialista».

Tratava-se de uma decisão que surgia no quadro das profundas divergências políticas e estratégicas entre a linha soarista e os camaradas do ex-Secretariado.

Salgado Zenha, um dos mais brilhantes parlamentares e insigne socialista e democrata, era afastado da liderança da bancada socialista.

Noutro registo, era publicada em exclusivo «L'Unité»-«AS» uma entrevista com o realizador Costa-Gravas, que tinha acabado de ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes com o admirável filme «Missing», em que é narrado o golpe de Estado de Pinochet a partir da morte de um jovem cidadão norte-americano.

Para quando na RTP um ciclo sobre este realizador, em que pudéssemos rever o filme «Missing»? **J. C. CASTELO BRANCO**

24 de Junho

Quem disse?

«A juventude norte-americana é violentamente contra o que se passa com as ditaduras da América Latina»

Costa-Gravas



Investimento estrangeiro Estado apoiou 288 projectos

«O Estado apoiou 288 projectos, dos quais 110 acima de um milhão de contos e 15 em regime contratual como o que hoje foi assinado na Azambuja entre a Opel e o Estado», disse o primeiro-ministro, António Guterres.

O governante ilustrava assim, na passada sexta-feira, dia 16, a evolução do investimento directo estrangeiro nos últimos quatro anos. Acompanhado por Pina Moura e pelo coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, Guterres envergou um fato de operário todo branco para percorrer demoradamente a nave de pintura da fábrica, cuja construção

envolveu um investimento de oito milhões de contos.

Na fábrica teve decorrer uma reunião promovida no âmbito da Presidência Portuguesa da UE entre os inspectores de saúde dos 15 e dos países candidatos sobre «sistemas bem-sucedidos de Saúde e Segurança no local de trabalho», acrescentou.

A produção da fábrica (modelos Corsa e Combo), que agora vai aumentar para quatro automóveis por hora, destina-se em 80 por cento à exportação para 54 países de todo o mundo, explicou ainda.

Comunidades Jovens luso-descendentes na Venezuela criam associação

Os jovens luso-venezuelanos que participaram no II Encontro dos Jovens Luso-Descendentes, que se realizou em Maio em Portugal, apresentaram no dia 17, em Caracas, o projecto da nova Associação de Jovens Luso-Descendentes da Venezuela. A iniciativa surgiu durante a realização do encontro, em Lisboa, perante um «sentimento de responsabilidade» pela imperiosa «necessidade de zelarem pelas raízes culturais» da terra onde os pais nasceram e da convicção de que «Portugal é completamente diferente daquilo que imaginávamos».

Inicialmente, a associação será composta por uma junta directiva formada pelos seis elementos que viajaram até Portugal, José Monteiro, Doris Gomes, Carla Lisboa, Jany

Augusto Moreira, Ana Paula Genro e Joe Fredy Rodrigues.

Jany Augusto Moreira afirmou que «o encontro em Portugal permitiu criar um novo sentimento que nos fez entender que na Venezuela nunca houve uma associação deste tipo e já era hora de termos essa iniciativa».

Com o objectivo da criação da nova instituição, os jovens mantiveram uma reunião com o actual embaixador de Portugal em Caracas, Castro Brandão, que, segundo afirmam, «se mostrou bastante sensibilizado com a iniciativa e disponível para colaborar».

Consideram que «a tarefa vai ser difícil, mas é importante que todos colaborem conosco».

Homenageada advogada defensora de presos políticos

Um das poucas mulheres a defender presos políticos em Portugal, a advogada Maria Lucília Miranda Santos, foi homenageada no dia 16 pela Ordem dos Advogados em Torres Vedras.

O encontro contou com a presença do bastonário, António Pires de Lima, e dos cerca de 90 advogados da Comarca de Torres Vedras.

A mais antiga advogada de Torres Vedras tem 76 anos e meio século de carreira, na qual se destaca a defesa de presos políticos, o trabalho desenvolvido na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos e a defesa dos acusados pelo Estado nos Tribunais Plenários do Estado Novo.

«Além de defender os presos políticos, reunia-se com as suas famílias, angariava fundos, organizava colónias de férias para os filhos dos presos e até uma casa de acolhimento em Peniche», conta o filho,

José Eduardo Santos, juiz do Tribunal de Trabalho em Torres Vedras.

Durante o regime fascista «esteve sempre na oposição» e iniciou sua intervenção política em 1958, quando foi convidada a dar apoio à candidatura de Humberto Delgado.

Apesar de ter participado activamente nas eleições de 1969 e em todos os congressos da oposição democrática, não se chegou a filiar em nenhum partido, passando a dedicar-se a causas sociais, como a defesa da etnia cigana ou dos direitos dos pequenos rendeiros da região contra os grandes proprietários.

Filiada na Ordem dos Advogados desde 1951, Lucília Santos foi uma das primeiras mulheres a exercer advocacia no País e na área de Lisboa é a advogada com a inscrição mais antiga, destacando-se o facto de nunca ter tido qualquer processo disciplinar.

CONSELHO EUROPEU

Cimeira em Santa Maria da Feira

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA TRIUNFOS EM TODAS AS FRENTES

Portugal conseguiu cumprir todos os objectivos com a sua presidência da União Europeia. Conseguiu, inclusivamente, fechar um acordo que ficará para a história da União Europeia: o pacote fiscal, que estava num impasse há cerca de 12 anos. No final da cimeira de Santa Maria da Feira, António Guterres era um primeiro-ministro visivelmente satisfeito com os progressos registados no semestre em que coordenou os destinos da União. Verificaram-se avanços nas relações entre a União Europeia e a NATO, em capítulos como as sociedades de informação, o emprego e o combate à exclusão social. Para a história dos Quinze, a cimeira que encerrou a presidência portuguesa também ficará assinalada pela admissão da Grécia à moeda única. Sobre a questão austríaca, na conferência de Imprensa final, António Guterres disse que uma iniciativa dos 14 parceiros do Governo de Viena será anunciada nos próximos dias. Rejeitou com veemência qualquer relação entre a conclusão do pacote fiscal e uma hipotética maior flexibilidade dos restantes Estados-membros em relação à Áustria. Nos dois dias de cimeiras, registaram-se igualmente importantes avanços nas negociações com os países candidatos à adesão à União Europeia.

O primeiro-ministro congratulou-se terça-feira, em Santa Maria da Feira, com o cumprimento integral dos objectivos da presidência portuguesa da União Europeia, incluindo o acordo sobre a fiscalidade da poupança. «Com a conclusão dos nossos trabalhos, podemos dizer que todos os elementos que constavam do mandato atribuído à presidência portuguesa e do nosso programa foram concluídos. E quando digo todos, quero dizer mesmo todos, o que inclui o acordo a que chegamos para aprovar o relatório do Ecofin sobre o pacote fiscal», afirmou António Guterres na conferência de Imprensa final da cimeira da União Europeia.

O primeiro-ministro salientou também que o acordo alcançado, que era procurado há 12 anos, «inclui finalmente uma orientação clara sobre os princípios e orientações que enformarão as futuras directivas». Saudou, a este propósito, «a forma construtiva como todas as delegações de Estados-membros se



comportaram no sentido de permitir este acordo». Segundo o chefe do Governo, o acordo «deverá agora ser desenvolvido, incluindo o levantamento até 2002 dos diversos obstáculos que foram exaustivamente recensados em todos os Estados-membros» para permitir o consenso terça-feira alcançado. Na conferência de Imprensa, António Guterres esteve acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) e das Finanças e Economia (Pina Moura), pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e pelo secretário-geral do Conselho, Javier Solana.

António Guterres considerou que a cimeira de Santa Maria da Feira «foi também um dia de festa» com a entrada da Grécia na moeda única europeia e «um momento importante de afirmação do projecto europeu». Após um Conselho Europeu «rico em decisões», que disse significar «um avanço da Europa em todas as linhas da sua construção», o primeiro-ministro descreveu alguns dos progressos registados durante os seis meses de presidência portuguesa da União Europeia, que termina formalmente no fim de Junho. O plano de acção para a sociedade de informação, o plano europeu da ciência, a formação ao longo da vida, o combate à exclusão social, as reformas do mercado interno, a política de empresa e de inovação e a política de protecção social foram algumas das

medidas destacadas no âmbito da estratégia já traçada em Lisboa.

Progressos no alargamento europeu

No que se refere à Conferência Intergovernamental, no seio da qual se procede à reforma institucional da União Europeia tendo em vista o alargamento, António Guterres destacou a introdução na agenda de trabalho das designadas cooperações reforçadas. Sobre as negociações em curso com os países candidatos à adesão, o primeiro-ministro salientou o facto de ter sido possível abrir com os países da primeira vaga (República Checa, Polónia, Hungria, Eslovénia, Estónia e Chipre) «todos os *dossiers* negociais, com excepção dos aspectos institucionais e diversos» e de, com os restantes candidatos (Roménia, Eslováquia, Bulgária, Letónia, Lituânia e Malta) terem sido «abertos e fechados um número muito significativo de *dossiers*».

Outro dos temas referidos por António Guterres foi a Carta dos Direitos Fundamentais, ainda em fase de elaboração no seio de uma convenção, sobre a qual foi possível «fazer uma primeira apreciação» pelos chefes de Estado e de Governo na cimeira da Feira. Relativamente à Política Europeia de Segurança e Defesa, instituída formalmente na cimeira de Helsínquia, em Dezembro passado, foi possível em Santa

Maria da Feira passar em revista os principais passos dados pela presidência portuguesa para a concretização «credível» desta nova dimensão da política europeia. Os órgãos que já estão em funcionamento com carácter interino, as relações entre a União Europeia e a NATO e com os países candidatos, a preparação dos trabalhos para a Conferência de Geração de Forças (que terá lugar em Novembro), o estabelecimento do Comité de Gestão Civil de Crises e o «estabelecimento de uma força de política europeia (com cinco mil homens em 2003) foram alguns dos temas discutidos neste âmbito. Segundo o presidente em exercício da União Europeia, na cimeira de Santa Maria da Feira foi ainda possível avançar em temas como o plano de acção contra a droga ou a estratégia comum para o Mediterrâneo, bem como debater «temas relevantes» como o Médio Oriente, os Balcãs e a Rússia.

Na mesma conferência de Imprensa, António Guterres negou que o acordo fiscal da cimeira de Santa Maria da Feira tenha sido obtido à custa da promessa de levantamento das sanções políticas bilaterais a Viena, aplicadas pelos 14 parceiros da Áustria da União Europeia. «Absolutamente não», respondeu o primeiro-ministro, quando questionado sobre o assunto. Pelo contrário, de acordo com António Guterres, houve uma atitude «séria e construtiva» de todos os Estados-membros e, «em particular, do Governo



austriaco» na resolução do problema do pacote fiscal.

Pacote fiscal importante para a UE

O primeiro-ministro considerou o acordo fiscal «muito importante para a credibilidade da União Europeia» e recusou aceitar qualquer tipo de associação com «outro tipo de problemas». «Não negociamos as questões europeias dessa forma», declarou. No que diz respeito à questão austríaca, António Guterres reafirmou que «haverá uma iniciativa do Governo português» até ao final do mês, a qual será anunciada imediatamente após um consenso dos 14 sobre a mesma. Desconhece-se ainda o conteúdo da iniciativa assegurada por António Guterres.

Já o ministro das Finanças e da Economia considerou que a União Europeia «deu um passo de afirmação ao nível da sua força externa» com o acordo de princípio ao nível da fiscalidade sobre as poupanças. «Fixámos um calendário para as negociações de uma directiva e assumimos a liderança de um avanço nesta matéria», afirmou Pina Moura. Visivelmente cansado após a longa maratona negociada iniciada domingo à noite à margem da cimeira, Pina Moura defendeu que «estão criadas as condições para se avançar na definição de uma directiva sobre a fiscalidade das poupanças». Completa-se assim a terceira vertente do pacote de (harmonização) fiscal, dado que ao nível do Código de Conduta e da tributação dos juros os trabalhos estão ainda mais avançados. «Foi um passo fundamental para a integração europeia. Num espaço já integrado ao nível dos mercados e ao nível monetário, ficou agora definido o desenvolvimento de um novo espaço na integração essencial ao nível fiscal», salientou ainda o ministro das Finanças, reiterando que a força da política dos Quinze não pode ser dissociada deste domínio.

O acordo sobre a tributação das poupanças, através do qual a União Europeia pretende garantir que todos os cidadãos comunitários paguem impostos sobre os rendimentos das suas aplicações financeiras, independentemente do país onde residam, acabou por ser o tema forte desta cimeira, tendo-se arrastado até ao final da reunião. A harmonização da fiscalidade da União Europeia sobre as poupanças. Que se encontrava num impasse há muitos anos, é uma medida de grande importância, pois compromete a existência de «paraísos fiscais» no interior do território comunitário, principalmente na Grã-Bretanha e no Luxemburgo. Além de distorcer a concorrência, a actual situação impede a tributação de avultados rendimentos de poupanças e investimentos.

Principais pontos do acordo

Os principais pontos do acordo concluído na cimeira de Santa Maria da Feira sobre a harmonização fiscal da poupança prevê que uma directiva da União Europeia a aplique aos cidadãos que invistam num país onde não residam. Prevê, também, a troca de informações entre as administrações das finanças dos Quinze, tendo como último objectivo alcançar a consonância com a evolução internacional. Até ao final do corrente ano, os «Quinze» comprometem-se a concluir um acordo sobre «o fundo da directiva». Entre 2000 e 2002, e antes da adopção formal da directiva, a presidência da União Europeia e a Comissão Europeia entrarão em conversações com países terceiros que aplicam uma fiscalidade benévola, casos dos Estados Unidos da América, da Suíça, Liechtenstein, Mónaco, Andorra e São Marino, a fim de obterem garantias suficientes de que aplicarão medidas equivalentes.

Por outro lado, durante este período, os Estados-membros da União Europeia

comprometer-se-ão a aplicar as mesmas medidas nos seus territórios dependentes e associados, casos das ilhas do Canal da Mancha, as das Caralbas e a ilha de Man. Uma vez obtidas estas garantias, os Quinze adoptarão a directiva por unanimidade, mas nunca depois de 31 de Dezembro de 2002. A partir desse momento, pelo acordo de Santa Maria da Feira, entrará em funcionamento o sistema de troca de informações. Todavia, durante esses sete anos, alguns países poderão aplicar uma retenção na fonte sobre os rendimentos da poupança dos não-residentes. Esses Estados «devolverão uma parte adequada» dos rendimentos que obtenham com esses impostos «ao país de residência do investidor».

Os Quinze comprometeram-se igualmente a chegar «a partir de agora e até ao fim do ano» a um acordo sobre a percentagem mínima de retenção na fonte. Dez países – todos, excepto Portugal, Áustria, Luxemburgo, Bélgica e Grécia – «esperam que o tipo de retenção seja, pelo menos, de 20 a 25 por cento». A Áustria e o Luxemburgo poderão aplicar a retenção na fonte durante os sete anos. Por seu lado, a Bélgica, Grécia e Portugal «darão a conhecer a sua posição antes do final do corrente ano». Finalmente, os Quinze acordaram em não abrir excepções no sistema de intercâmbio de informação para qualquer um dos 12 países que negociem a sua adesão à União Europeia.

Estratégia social confirmada

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia renovaram em Santa Maria da Feira o seu aval político à estratégia de modernização da economia europeia definida pela presidência portuguesa dos Quinze na cimeira de Lisboa, a 23 e 24 de Março. Para a presidência da União Europeia, o importante é «garantir a dinâmica» da

estratégia de Lisboa «mediante a fixação de prioridades» para a sua concretização. Os Quinze subscreveram na passada terça-feira um conjunto de medidas concretas que constituem um «puzzle» para, no seguimento dos objectivos traçados em Lisboa, e aproveitando o «balanço» da nova economia, tornar a Europa o espaço mais competitivo e dinâmico do mundo no prazo de uma década.

Neste sentido, foi aprovado o plano «e-Europa» que deverá, entre outras coisas, e até ao Inverno de 2001, «fazer descer os custos de acesso à Internet através da separação da linha do assinante», ligar todas as escolas à Internet, criar um diploma europeu de competências básicas em tecnologias de informação e disseminar os espaços públicos de acesso à Internet. A União Europeia propõe-se ainda desenvolver o comércio electrónico, assegurar «estruturas telemáticas» para os serviços de saúde primários e secundários e um «Plano de Sistemas Inteligentes» para o transporte rodoviário. No Conselho Europeu de Nice (em Dezembro do ano 2000), e a partir daí numa base regular, a Comissão (a autora deste plano de acção) deverá apresentar um relatório sobre os progressos realizados na concretização dos objectivos definidos. No domínio da criação de um espaço europeu de investigação, os Quinze apostam na ligação em rede, até 2001, não só dos programas de investigação nacionais e europeus, mas também destes com os seus congéneres norte-americanos, no seguimento dos resultados da cimeira entre a União Europeia e os Estados Unidos da América realizada em Lisboa no passado dia 31.

Medidas de protecção social

A «Carta Europeia das Pequenas Empresas», que são a «espinha dorsal» e «um dos principais motores da inovação» da economia europeia foi outra das medidas aprovadas para a Europa apanhar o comboio da nova economia. Na carta, são preconizadas, entre outras, medidas para tornar os custos de formação de uma empresa na Europa «os mais competitivos do mundo», incentivando os Estados-membros onde o processo é mais moroso a «aproximarem-se dos mais rápidos».

O aperfeiçoamento do mercado interno europeu é outra das medidas subscritas na cimeira de Santa Maria da Feira. Neste âmbito, estão em fase de discussão projectos de liberalização das telecomunicações e dos serviços postais e deverá avançar agora a proposta de liberalização do mercado de energia ou a criação de um «céu único europeu». No domínio da protecção social e da luta contra a exclusão social, os Quinze renovaram o seu aval político ao estabelecimento de um Comité Europeu de Protecção Social para promover o intercâmbio de experiências entre os Estados-membros e parceiros sociais e à preparação dos planos nacionais de combate à exclusão social.

Durante a presidência sueca da União Europeia, entre Janeiro e Junho de 2001, os Quinze farão no Conselho Europeu de Primavera (instituído pela presidência portuguesa) o primeiro balanço global da estratégia definida em Lisboa.

LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINAL AVANÇA NO PARLAMENTO

O Governo apresentou sexta-feira, na Assembleia da República, a proposta de lei de organização criminal. Um documento que, segundo o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Patrão, pretende clarificar as responsabilidades, promover as solidariedades à volta de soluções jurídicas e socialmente construtivas, evitar as disfunções e sobreposições de competências e de tarefas, e consagrar uma estrutura organizativa de todo o sistema mais conforme com as exigências da investigação criminal e com uma prática cada vez mais cooperante e rentabilizadora.

Como fez questão de sublinhar o secretário de Estado da Administração Interna na sua intervenção inicial, a proposta de lei faz justiça simultaneamente à Polícia Judiciária, por um lado, à GNR e à PSP por outro lado. À Polícia Judiciária, o documento do Governo reconhece a sua condição – e sobretudo a sua vocação – de polícia científica, «de elevada qualificação e desempenho, apta para as mais complexas e exigentes investigações que a sociedade dos nossos dias cada vez obriga a sofisticar». As forças de segurança, no caso a PSP e a GNR, a proposta de lei consagra em letra de lei a capacidade investigatória na área criminal, função que, tendo há muito assumido na prática, «aliás no quadro legal, nunca como até aqui tinha ganho um carácter tão explícito». Ou seja, tanto a PSP, como a GNR, ficarão a partir de agora como um legitimidade para a acção que deve ser a base de toda a actuação neste campo sensível. Se a proposta do Governo vier a ser aprovada na Assembleia da República, tal como referiu Luís Patrão, «permitirá qualificar cada uma das polícias no seu campo específico, definindo em função do tipo de crime prefigurado pelos indícios existentes. A fixação de um novo sistema de coordenação, cujo órgão de cúpula é um conselho co-presidido pelos ministros da Justiça e da Administração Interna e integrado pelos mais altos responsáveis de cada uma das forças policiais em presença, dará garantias de que todo um novo espírito, baseado na ampla troca de informações relevantes e no quadro de um dever de cooperação interpolicial ora estabelecido como regra, rege o relacionamento entre as entidades da polícia criminal de competência genérica. Ainda de acordo com o membro do Governo, «outro afloramento do espírito de colaboração que marca todo este novo regime, é o do acesso aos recursos da polícia científica, nomeadamente ao nível laboratorial, bem como aos serviços do



Instituto Superior de Polícia e Ciências Criminais na formação especializada de novos quadros que venham a juntar-se a todos aqueles que, já hoje, se entregam à investigação criminal».

Sistematização de procedimentos nas polícias

No seu discurso, o secretário de Estado da Administração Interna fez também alusões a vantagens que irão existir ao nível da harmonização e sistematização de procedimentos na recolha de informações, o que, na sua perspectiva, «viabilizará um mais cabal aproveitamento de sinergias e de potencialidades do esforço de recolha de dados por parte de cada uma das forças e, principalmente, a sua junção num sistema centralizado de informação criminal que, pela sua importância e relevância, merecerá diploma legal e autónomo». Haverá, igualmente, uma relativa «uniformização em matéria de representação externa e de participação na Interpol e na Europol, o que não deixará de ser útil por consagrar unívocas soluções», afirmou.

Ainda explicação da filosofia da proposta de lei, Luís Patrão lembrou que, em 1995, durante a fase final da vigência do último Governo de Cavaco Silva, haviam sido deferidas à GNR e à PSP competências para investigação de crimes de tráfico de droga, nomeadamente quando envolvendo distribuição directa aos consumidores. De então para cá, acrescentou, foi-se processando com cada vez maior profundidade a incorporação da investigação criminal na orgânica da funcional da PSP e da GNR. «O enorme

esforço do primeiro Governo do PS em reforçar os efectivos das forças de segurança, incorporando desde 1996 mais de dez mil novos elementos nos seus quadros, veio permitir assumir com responsabilidade o desafio de direccionar uma parte desses recursos para tarefas cada vez mais sofisticadas e exigentes. Isto sem diminuir a presença policial na rua, mas antes oferecendo um mais completo serviço de segurança pública capaz de promover simultaneamente a prevenção de crime e a sua investigação». Ainda segundo o secretário de Estado da Administração Interna, também a criação das polícias municipais «virá impor um ajustamento do funcionamento das forças de segurança, desobrigando-as de tarefas administrativas e diligências judiciárias, mas também diminuindo o peso da onerosa missão (em termos de ocupação de recursos humanos) de controlo de trânsito, sobretudo nas zonas urbanas». Em suma, estima-se que, no máximo, «deverão ser empenhados na investigação criminal e tarefas conexas dez por cento do total de efectivos da PSP e da GNR. Mas isso, só por si, significa consagrar à investigação criminal quase três vezes mais homens e mulheres do que os que actualmente trabalham na Polícia Judiciária», referiu ainda Luís Patrão.

Melhor investigação criminal

Luís Patrão teve ainda a oportunidade de frisar que as forças de segurança em Portugal se preparam para intensificar o seu programa de formação, quer através do reforço da componente criminal da formação inicial quer através da preparação

especializada em técnicas auxiliares de investigação. Como salientou o secretário de Estado da Administração Interna, «está em curso o programa de reequipamento, quer a nível de viaturas (hoje visivelmente mais modernas, operacionais e dignificantes do que antes acontecia), quer ao nível de «kits» de fotoscopia, de sistemas de detecção e identificação de droga, de material de vigilância e de outros requisitos operacionais». Adiantou, por outro lado, estar em estudo o programa de renovação do armamento; em fase de recolha de elementos o processo de aquisição de meios fotográficos e de vídeo; em acelerado desenvolvimento a informatização de serviços e procedimentos; em fase de preparação de concurso o novo sistema de comunicações e transmissões.

Em jeito de conclusão, deixou um recado Luís Patrão deixou um recado às forças da oposição:

«Sabemos bem do que precisamos. Sabemos, também, o que temos e o que podemos vir a ter no curto prazo. Sabemos que isso basta para um trabalho de investigação de qualidade e profundidade. Por isso, a PSP a GNR acolhem com entusiasmo aquilo que entendem como um desafio estimulante. O seu desempenho ficará à apreciação dos portugueses, sendo conhecidos e isentos os indicadores de medida estatísticos a utilizar. Mas o maior e o melhor indicador será sempre o sentimento de segurança dos portugueses. É para o seu reforço que trabalhamos, não nos bastando com o facto de o nosso nível de criminalidade ser metade da médias europeia», afirmou o secretário de Estado da Administração Interna.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, afirmou no dia 16, que até ao final da legislatura «não haverá uma escola ou uma Junta de Freguesia sem meios informáticos no País».



Falando na abertura da conferência internacional «Os jovens e a sociedade do conhecimento para uma Europa do emprego e coesão social», que decorreu na Feira (Aveiro), Vara salientou a aposta do Governo nas novas tecnologias como meio de coesão da Europa.

«Estamos a fazer uma forte aposta na nova economia e nas tecnologias da informação que poderá ajudar a combater o tradicional posicionamento periférico de Portugal em relação à Europa e, internamente, criar condições para uma maior igualdade de oportunidades, nomeadamente das regiões do interior em relação ao litoral», disse Armando Vara.

O ministro-adjunto anunciou também o lançamento do programa «Geração do Milénio», que vai dar formação informática a cerca de dez mil jovens por ano, entre os que mais facilmente ficariam excluídos do acesso às novas tecnologias.

Vara destacou também a importância da participação dos jovens na construção da política europeia de juventude, em debate na conferência iniciada «no seguimento da Cimeira de Lisboa, em que foi aprovado o Programa Juventude».

A conferência, organizada pela Secretaria de Estado da Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, visou «contribuir para uma coesão social mais acentuada na Europa dos Quinze, através da definição de políticas concertadas de Juventude».

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna anunciou sexta-feira, em Lamas de Olo, Vila Real, o reforço da vigilância e da protecção policial nos circuitos urbanos

de transportes públicos. Fernando Gomes, na sequência do ataque e roubo de duas carruagens por parte de 20 jovens, na noite da passada quinta-feira, na linha da CP de Cascais, realçou a necessidade de criar medidas



para precaver este tipo de situações, principalmente nas linhas urbanas. Segundo o governante «este é o início de uma campanha que já sabia há muito tempo que tinha de arrancar».

«A Direcção Nacional da PSP, afirmou, tem já um plano operacional para procurar minimizar este tipo de situações, e tem também alguma previsão de onde é mais fácil esses bandos poderem agir».

Como os bandos são constituídos maioritariamente por menores, entre os 13 e 16 anos, o ministro explicou que no caso dos imputáveis é necessário fazer prevenção e no caso dos que são imputáveis castigá-los duramente.

«Um jovem de 16 anos é imputável e por isso não deixará de ser castigado, enquanto que uma criança de 12 anos, está sujeito a outro tipo de consequências, mas a esse nível temos sobretudo que prevenir, e não é reduzindo a idade da imputabilidade que se resolve este tipo de problema», concluiu.

AMBIENTE

José Sócrates, ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território esteve, no dia 17, na praia do Guincho, para hastear a primeira Bandeira Azul da Europa, numa iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Cascais e Associação Bandeira Azul da Europa.

Este símbolo de qualidade vai também ser atribuído a mais 138 praias nacionais, incluindo as praias da Cresmina, Moitas, Tamariz e São Pedro do Estoril, na Costa do Estoril.

Associado ao programa da Bandeira Azul, a autarquia de Cascais tem a decorrer um programa inédito em Portugal de desinfecção das areias das

praias do concelho com produtos naturais (iodo natural) que abrange os areais de Carcavelos, Parede, São Pedro do Estoril, Poça, Tamariz, Moitas, Duquesa e Conceição.

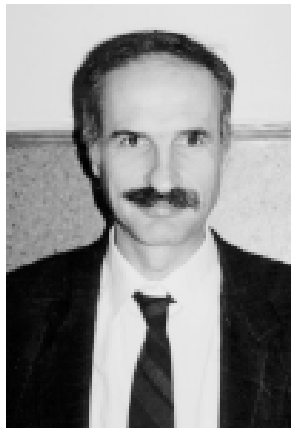
A operação de desinfecção das areias,



prolonga-se até ao final da época balnear e está orçada em cerca de 32 mil contos, pretende melhorar o estado higieno-sanitário das areias.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O secretário de Estado da Comunicação Social defendeu, no dia 17, em Vila Real, a criação de uma associação de rádios de difusão em português, como instrumento de defesa e de intercâmbio entre culturas com a língua lusa como traço comum.



Arons de Carvalho, que participava na sessão de abertura do I Congresso Internacional de Radiodifusão de Língua Portuguesa, considerou que, numa era em que a comunicação é cada vez mais globalizada, é muito importante que haja

uma associação de rádios que têm a mesma língua, que podem cooperar e trocar experiências.

«A institucionalização de uma forma de intercâmbio, de cooperação efectiva e constante entre as rádios, portuguesas, angolanas, guineenses, timorenses e de outros países, unidas pelo traço comum da língua, terá um importante papel no futuro destes meios de comunicação, das populações que abrangem e dos estados em geral», sublinhou.

O governante referiu que o Executivo vai estar atento a esta realização e vai apoiar as sugestões que forem feitas e as iniciativas que o congresso ou a futura associação venham a promover.

Arons de Carvalho mostrou-se satisfeito por encontrar no congresso representantes de rádios privadas africanas de língua portuguesa, pois para o responsável «as empresas privadas têm uma função fundamental na cooperação entre Portugal e os países africanos, que até agora era apenas feita a nível do Estado e do sector público».

«A existência de uma Comunicação Social privada reforça o pluralismo e a democracia dos estados», salientou.

ECONOMIA

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, explicou, no dia 16, na Azambuja, que o Governo não vende a posição do Estado na Cimpor porque considera que a OPA da Secil se traduziria numa «desestruturação» da cimenteira.

Recorde-se que a operação da Secil em parceria com os suíços da Holderbank pressupõe um desmembramento dos activos da maior cimenteira portuguesa pela oferente e o seu parceiro, no termo



do processo.

«Não vendemos a posição do Estado porque o projecto que nos foi apresentado contraria, no nosso entender, aquilo a que se deve destinar qualquer privatização da parte ainda

PELO PAÍS

Governação Aberta

pública na Cimpor», disse Pina Moura, acrescentando: «Nós queremos uma Cimpor cada vez mais competitiva e cada mais com um operador global no mercado cimenteiro».

Contudo, «o projecto que nos foi apresentado numa primeira análise traduzir-se-á, se for para a frente (e o Estado e o Governo não colaborarão nisso), numa desestruturação da Cimpor», frisou, adiantando que «é essa a razão e a posição do Governo».

Mas «nem vetamos a OPA, nem vendemos a posição que o Estado tem na Cimpor, 12,7 por cento», disse o governante ao ser questionado pelos jornalistas.

Lançar a OPA é «uma opção que a empresa que decidiu avançar pode tomar», relativamente à qual «cabe às autoridades de supervisão do mercado decidir e definir», explicou.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça esclareceu quinta-feira que o número de reclusos em Portugal não está a aumentar conforme diz a Amnistia Internacional (AI) e que os casos de violência relatados no último relatório da AI se restringem a apenas três das 54 cadeias portuguesas.



António Costa, que falava no final de uma reunião, em Lisboa, com a presidente da secção portuguesa da AI, Teresa Nogueira, alertou para o facto de alguns dados constantes no relatório da AI «estarem incorrectos», designadamente quanto ao número de presos e ao pretensu crescimento da população prisional. Acompanhado pelo director-geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata, o ministro desfez a ideia do relatório de que o número de reclusos em Portugal está a aumentar constantemente, dizendo que «a verdade é que tem vindo a diminuir constantemente». Para que não restassem dúvidas, António Costa referiu que o ano passado havia «quase 15 mil» reclusos e que

actualmente o número é de 12.800, muito embora não tenha mencionado os efeitos da amnistia por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril.

O governante chamou ainda a atenção para o facto de o próprio relatório da AI reconhecer que a sobrelotação das cadeias portuguesas está a diminuir, avançando aqui também alguns dados: em 1995 a sobrelotação cifrava-se nos 57,5 por cento, rondando presentemente os 13 por cento.

O titular da pasta da Justiça enfatizou os investimentos feitos para aumentar a capacidade do sistema prisional, que passou de nove mil lugares para mais de 11 mil, com possibilidade de, a curto prazo, subir ainda mais, de forma a estabelecer um equilíbrio real entre a lotação e o número de reclusos.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, disse, no dia 17, que o terceiro Quadro Comunitário de Apoio vai disponibilizar mais verbas para as localidades rurais, por forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País.



«É mais fácil infra-estruturar um país do que promover o seu desenvolvimento equilibrado, é mais fácil resolver os problemas dos grandes aglomerados do que os dos pequenos espaços, mas temos que inverter esta tendência, para combater a desertificação do mundo rural», frisou.

A ministra falava no encerramento do II Europa Fórum, que decorreu em Ponte de Lima, e no decorrer do qual foi oficialmente constituído o Villages of Tradition, um agrupamento europeu que visa a cooperação na área do turismo no espaço rural e do desenvolvimento rural integrado. Elisa Ferreira salientou a importância destas parcerias.

O agrupamento reúne três regiões Leader de Portugal (dos vales do Lima, Minho e Cávado), quatro da Itália e quatro da Holanda, havendo ainda uma da Suécia e outra da Galiza que se

mantêm como observadoras, para futura adesão.

«Trata-se de um agrupamento europeu de interesse económico que, a partir de agora, vai estabelecer parcerias para a apresentação de candidaturas conjuntas ao terceiro Quadro Comunitário de Apoio», explicou Francisco Calheiros, da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima.

Neste encontro foi ainda assinado um protocolo pelo qual os organismos que constituem a chamada «Europa das Tradições» vão cooperar com regiões da Eslovénia, da Hungria e da Alemanha nas áreas do desenvolvimento rural e da valorização do património.

PORTOS

O Governo está a preparar «um ambicioso plano de reformas do regime jurídico do trabalho nas zonas portuárias e para a eliminação de procedimentos inúteis», anunciou, no dia 16, o secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda.



O governante falava na sessão de abertura das IV Jornadas do Porto de Setúbal, promovidas pela Associação dos Agentes de Navegação e Empresas Operadoras Portuárias (ANESUL), Câmara Municipal de Setúbal e Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS).

«Há um excesso de entidades a intervir, por vezes atropelando-se, nas questões marítimo-portuárias», reconheceu o secretário de Estado.

O reordenamento da zona ribeirinha, o desenvolvimento e expansão da zona portuária e os impactos socioeconómicos na região são os principais temas das IV Jornadas do Porto de Setúbal.

Para a população de Setúbal reveste-se de particular importância o Plano de Requalificação da Zona Ribeirinha, que aponta para a criação de uma estrutura urbanística vocacionada para

atividades lúdicas e de apoio a actividades ligadas à pesca, ao turismo e recreio náutico, bem como a qualificação dos espaços públicos.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Cabrita Neto, não se opõe à saída da Figueira da Foz da Região de Turismo do Centro (RTC), decidida pela autarquia na última reunião do executivo laranja.

«A tutela não pode negar ou opor-se à pretensão da Câmara Municipal», disse o secretário de Estado no final da visita à Feira de Actividades da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (Expo ACIFF), inaugurada no Sábado, dia 17.

Sendo a adesão à RTC «uma adesão voluntária, a desvinculação também o é», sublinhou Vítor Costa, que diz «respeitar a decisão» da edilidade.



No entanto, o governante chegou a considerar «limitativa» a decisão da Câmara Municipal, que justificou a iniciativa de se desvincular da RTC para participar em feiras internacionais de forma autónoma, coisa que, estando integrada numa região de turismo, a legislação não permite.

«É negativa em termos turísticos, tanto para a região, como para o município», sublinhou ainda Vítor Costa, adiantando que, «se todos os concelhos do País o fizessem, seria um desastre enorme».

A saída da Região de Turismo do Centro, aprovada pela autarquia com três votos contra dos vereadores socialistas, será avaliada pela Assembleia Municipal, seguindo depois para análise da tutela.

Para que a desvinculação seja concretizada, Vítor Costa disse ser necessário «fazer um decreto-lei».

O secretário de Estado não adianta prazos, limitando-se a afirmar não ter ainda «conhecimento oficial» da situação, a qual lhe foi transmitida através da própria Região de Turismo do Centro.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que cria a Lei Orgânica que regula a eleição dos membros, assim como a constituição e composição dos órgãos das autarquias;
- Uma proposta de lei que altera a legislação que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, bem como a que regula o Regime Jurídico da Tutela Administrativa e a Lei que define o Estatuto dos Eleitos Locais;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a alterar o regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;
- Uma resolução que aprova a localização da implantação do terminal de gás natural liquefeito (GNL);
- Uma resolução que nomeia a comissão incumbida da elaboração da minuta do contrato de utilização de submarinos;
- Uma proposta de lei que altera o decreto-lei que define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo entre o Governo português e o Governo do Zimbabwe sobre a promoção e protecção mútua de investimentos, assinado em Harare em 5 de Maio de 1994;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, o protocolo de emenda à Convenção para Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores, aberto à assinatura em Nova Iorque, em 12 de Novembro de 1947;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que consolida a Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea «Eurocontrol», de 13 de Dezembro de 1960, na sequência de diversas modificações introduzidas, e adoptado em Conferência Diplomática reunida em Bruxelas, em 27 de Junho de 1997, e respectivo protocolo adicional, referente à substituição do acordo multilateral relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981, ratificado por Portugal em 2 de Maio de 1983;
- Um decreto que aprova o acordo de co-produção e relações cinematográficas entre Portugal e a Itália;
- Um diploma que altera o decreto que aprovou para adesão as emendas do anexo e ao apêndice do anexo Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana do Mar, 1974;
- Um diploma que altera o decreto que aprovava para adesão as emendas ao anexo I do protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973;
- Um decreto que aprova o protocolo à Convenção Europeia de Segurança Social, aberto à assinatura em Estrasburgo, a 11 de Maio de 1994;
- Um diploma que altera o decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa às condições mínimas exigidas aos navios com destino a portos marítimos da comunidade ou que deles saiam, transportando mercadorias perigosas ou poluentes;
- Um decreto-lei que introduz alterações ao anexo da portaria n.º 321/92, de 8 de Abril, e transpõe para a ordem jurídica interna a legislação comunitária relativa às normas e protocolos analíticos, tóxico-farmacológicos e clínicos em matéria de ensaios de medicamentos de uso humano;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva da Comissão Europeia relativa às zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos;
- Um decreto-lei que prorroga, a título excepcional, os contratos de trabalho a termo certo do pessoal do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Centro Nacional de Arte Rupestre;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o novo regime das empreitadas de obras públicas;
- Um decreto que exclui do regime florestal uma parcela de terreno com a área de 400 metros quadrados, alienada a favor de Domingos Manuel Gonçalves Pereira e integrada no Perímetro Florestal do Alvão, para construção de uma casa de habitação.



CRIADA NOVA AUTORIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA

O Governo deu luz verde, na passada Quinta-feira, dia 15, a uma proposta de Lei que altera o regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Este diploma visa introduzir alterações significativas ao decreto-lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, no que concerne à entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros em território nacional. Como inovações substanciais destaca-se as seguintes a criação da Autorização de Permanência (concedida por um prazo de 1 ano renovável até 5 anos), uma nova figura que prevê que os cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de visto possam ser autorizados a permanecer no território nacional desde que reúnem os seguintes requisitos:

- Sejam titulares de proposta de contrato com informação da Inspeção Geral de Trabalho;
- Não tenham sido condenados por sentença transitada em julgado com pena privativa de liberdade de duração superior a seis meses;
- Não tenham sido notificados de uma medida de afastamento do País e se encontrem no período subsequente de interdição de entrada em território nacional;
- Não estejam indicados no âmbito do Sistema Informação Schengen, por qualquer das partes contratantes para efeito de não admissão;
- Não estejam indicados no Sistema Integrado de Informações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A proposta de lei aprovada na passada reunião de Conselho de Ministros institui ainda um regime sancionatório que pune quem recorra ou beneficie de mão-de-obra ilegal.

No âmbito do referido regime prevê-se a aplicação de contra-ordenações sobre quem empregue cidadão estrangeiro ilegal (o regime actual apenas pune o ilegal).

As coimas vão de 300 contos (valor mínimo tratando-se de micro empresas) a 4 900

contos (valor máximo tratando-se de grande empresa) por trabalhador em situação ilegal.

O crime de angariação de mão-de-obra ilegal será punido com pena de um a quatro anos de prisão.

O Executivo socialista optou também pela possibilidade dos serviços e organismos da administração pública rescindirem, com justa causa, os contratos celebrados se, em data posterior à sua outorga, as entidades privadas receberem trabalho prestado por cidadãos estrangeiros em situação ilegal.

O diploma em questão consagra igualmente o estabelecimento de um regime de solidariedade entre o empregador, utilizador, empreiteiro geral e dono da obra pelo pagamentos dos créditos salariais e pela não declaração de rendimentos.

Na prática, o trabalhador ilegal e a administração fiscal e da segurança social podem exigir a qualquer uma destas pessoas os créditos devidos.

Estabelece-se também o alargamento do reagrupamento familiar que passa a poder aplicar-se a familiares que residam em território nacional e não apenas a familiares que residam no estrangeiro; a restrição do âmbito de aplicação da pena acessória de expulsão e a previsão da regra do deferimento tácito relativamente a alguns actos.

O diploma integra ainda outro tipo de inovações como são a possibilidade de anular o visto aquando da entrada em Portugal; previsão de acordos e protocolos com outros Estados para satisfação de ofertas de emprego no mercado nacional; eliminação do regime relativo à actividade subordinada sazonal, prevendo-se um único regime, seja sazonal ou não a actividade subordinada; unificação do regime de prorrogação de permanência; alargamento de dispensa de visto de residência em várias situações; e previsão de taxa correspondente aos custos pela permanência nos Centros de Instalação Temporária a pagar pela transportadoras.



NOVA LEI ORGÂNICA

O Executivo socialista criou uma Lei Orgânica que regulará a eleição dos membros e a constituição e composição dos órgãos das autarquias.

A decisão foi tomada, na passada Quinta-feira, dia 15, durante a reunião do Conselho de Ministros.

Recorde-se que o programa do Executivo socialista integra a reforma do sistema eleitoral e do sistema de governo local, visando a melhoria progressiva das relações entre os cidadãos e as instituições políticas, como meio de aperfeiçoamento da qualidade da democracia.

Este objectivo é favorecido com as soluções decorrentes da última revisão constitucional, quer no que respeita à constituição dos órgãos das autarquias locais, quer ainda no que respeita à admissibilidade de candidaturas de grupos de cidadãos eleitores aos vários órgãos autárquicos.

Com esta revisão global das normas aplicáveis à eleição dos órgãos das autarquias locais preenchem-se algumas lacunas e corrigem-se insuficiências do regime em vigor, assegurando-se a homogeneidade e a estabilidade do órgão executivo bem como a personalização do voto e conferindo, simultaneamente, acrescidos poderes de fiscalização e controlo político aos órgãos deliberativos. Salientem-se, desde já, no âmbito da reforma do sistema eleitoral, algumas alterações de relevo como são o reforço da participação dos cidadãos na vida política, na sequência da previsão constitucional decorrente da última revisão, através do desenvolvimento do princípio da livre apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores, em certos termos e condições; e quanto às

inelegibilidades, a adopção do processo de elencagem de cargos e funções assentes em razões de independência e imparcialidade (a par da enumeração de outras situações já hoje objecto de previsão), fazendo-se também a distinção entre inelegibilidades gerais (aplicáveis a todas as autarquias sem distinção) e inelegibilidades especiais (que se restringem à área de alguma ou algumas das autarquias).

No respeitante à data das eleições estabelece-se a obrigatoriedade de as mesmas se realizarem entre 22 de Setembro e 14 de Outubro do ano correspondente ao termo do mandato, criando-se assim condições para que os novos órgãos eleitos possam assumir as respectivas competências e os compromissos eleitorais, em toda a plenitude, imediatamente após a respectiva instalação, designadamente sem o constrangimento, que o actual sistema induz, de utilização de instrumentos de gestão (embora temporária) elaborados e aprovados pelos órgãos que os antecederam.

O diploma apresenta, ainda, outros importantes aspectos inovadores, entre eles, a previsão de um novo regime relativo à composição e constituição dos órgãos executivos autárquicos – os membros dos órgãos executivos, cujo número decresce passam a ser designados pelo respectivo presidente de entre membros do órgão deliberativo autárquico e o presidente do órgão executivo, por seu turno, é o cidadão que encabeçar a lista mais votada na eleição para o órgão deliberativo. Com este novo regime pretende-se reforçar a coesão e eficácia dos órgãos executivos autárquicos.

Acresce destacar ainda a clarificação de

regras de responsabilidade dos executivos e de fiscalização da actividade destes pelas assembleias autárquicas.

Tais regras, no que diz respeito ao processo de formação dos órgãos executivos autárquicos, traduzem-se na necessidade de a constituição e o programa destes órgãos serem objecto de apreciação pela Assembleia autárquica, podendo ser rejeitados por uma maioria de dois terços. A remodelação do órgão executivo está sujeita ao mesmo regime.

Criar condições para a participação dos cidadãos

Saliente-se igualmente a devolução da solução das crises políticas mais graves para os eleitores, mediante eleições intercalares, sendo temporariamente nomeada, para o efeito, uma comissão administrativa cuja designação cabe à administração estadual (Governo ou governador civil, consoante se trate do município ou a freguesia) e cujo presidente tem os poderes do presidente da Câmara Municipal.

O aumento do número de suplentes das listas, em coerência com o novo regime de constituição dos órgãos executivos autárquicos, cujos membros saem dos órgãos deliberativos; a proibição de candidaturas simultâneas, por listas diferentes, ao mesmo órgão autárquico; e o princípio de que os candidatos que possam apresentar-se a sufrágio para mais do que um órgão o não possam fazer por candidaturas diferentes quando a entidade proponente de uma das listas que integra para um dos órgãos seja igualmente proponente de outra lista para o outro órgão são outras das novidades da proposta aprovada na passada reunião do Conselho

de Ministros, onde também se consagrou a simplificação do processo de apresentação de candidaturas, designadamente, afastando a necessidade de reconhecimento notarial, com contrapartida na responsabilização criminal do mandatário no caso de falsidade ou inexactidão fraudulenta dos elementos indicados no processo.

Em matéria de propaganda eleitoral, o Governo optou pela restrição da afixação de propaganda gráfica em certos edifícios que justificam preservação especial, assim como a proibição da utilização de propaganda comercial a partir do final do prazo para apresentação das candidaturas. O reconhecimento do direito de antena nos canais de rádio de âmbito local com sede na área territorial do município, limitado, porém, às candidaturas concorrentes às eleições para a assembleia municipal, e regula-se o exercício deste direito foi outra das apostas encetadas pelo Executivo do PS.

No que respeita ao processo de votação, para além de se regularem determinados aspectos relacionados com a designação dos membros das mesas, com os boletins de voto e com o voto antecipado, prevê-se o recurso à votação electrónica, em condições a definir por lei.

Quanto ao ilícito eleitoral, o Governo chefiado por António Guterres decidiu-se por alterações significativas, quer com a introdução de uma nova tipificação de infracções – as que devem assumir a natureza de ilícitos de mera ordenação social –, quer com a previsão de novos casos de ilicitude onde a censura se justifica como condição de prevenção de atitudes que possam afectar, de forma manifesta e grave, o ambiente democrático que deve rodear a luta eleitoral.

EFECTIVAR FISCALIZAÇÃO SOBRE DELIBERADORES

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 15, em Lisboa, uma proposta de lei que altera a legislação que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, bem como as leis que regulam o Regime Jurídico da Tutela Administrativa e definem o Estatuto dos Eleitos Locais.

Este diploma visa criar as condições e os mecanismos que tornem mais efectivos os poderes de fiscalização dos órgãos deliberativos do poder local sobre os respectivos órgãos executivos, e vem consagrar uma alargada composição das

mesas das assembleias autárquicas, cuja eleição obedece ao sistema proporcional da média mais alta de Hondt, assegurando assim a necessária representatividade da composição plural das assembleias autárquicas.

No domínio das exigências de acompanhamento e fiscalização estabelece-se como causa de dissolução e de perda de mandato a recusa aos órgãos deliberativos da prestação de informações e documentos necessários ao exercício da aludida competência.

A valorização e dinamização do papel das assembleias municipais passa também pela possibilidade de os membros eleitos

por cada partido ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores se constituírem em «grupos municipais», aos quais são conferidas as competências de apresentar a lista de candidatos à mesa da Assembleia Municipal; interpor recurso para o plenário da ordem do dia; requerer a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia; e apresentar propostas de moções.

Como expressão máxima do controlo político pelos órgãos deliberativos, confere-se eficácia à figura da moção de censura, sem que, ao arripio dos

objectivos do novo modelo proposto, esta se transforme num mecanismo gerador de instabilidade. Neste sentido, exige-se que, para a moção de censura implicar a apresentação de uma nova composição do executivo, ela tenha que ser aprovada por maioria qualificada de dois terços dos membros em efectividade de funções, não podendo ser votadas nos primeiros 12 nem nos últimos seis meses do mandato autárquico.

De salientar ainda que são disponibilizados acrescidos meios humanos e financeiros para o funcionamento das assembleias municipais mais consentâneas com o respectivo reforço de intervenção.

DEPUTADO JOSÉ BARROS MOURA

Co-incineração

OBSTRUÇÃO DAS OPOSIÇÕES



O deputado socialista José Barros Moura defendeu, no dia 15, na Assembleia da República, que «a contestação actual às decisões tomadas pelo Governo no espírito das lei aprovadas por unanimidade, significa o desrespeito das regras do jogo e leva a crer que os contestatários só de reserva mental aprovaram a CCI (Comissão Científica Independente) por esperarem que as conclusões fossem negativas e que tudo não passasse de uma forma de o Governo não tomar as decisões políticas que lhe competem».

Barros Moura, que intervinha no debate sobre os projectos de lei do PEV, PSD e CDS relativos à co-incineração de resíduos industriais perigosos, garantiu assistir-se a uma «obstrução das oposições» que não pretende resolver o problema da melhoria da qualidade ambiental mas visar, de forma

calculista as eleições autárquicas e legislativas, ainda que perante um quadro de «miséria ambiental e sanitária».

Sobre o diploma dos «Verdes», o parlamentar do PS sublinhou o carácter inconstitucional do mesmo, pois viola o princípio da separação de poderes ao interferir numa decisão tipicamente política e materialmente administrativa, contrariando ainda a autolimitação da Assembleia da República às conclusões da CCI.

«A contestação à co-incineração explora o medo das populações», disse, desmistificando os argumentos demagógicos apresentados no projecto de lei do PEV que, «com uma falsa aparência de cientificidade, só pretende adiar, paralisar as decisões e manter a situação degradada a que conduziram décadas de incuria ambiental».

Segundo o deputado do GP/PS, «os pressupostos do PEV são falsos», conforme foi demonstrado, ponto por ponto, pela CCI,

que reduziu a iniciativa legislativa dos «verdes» à sua «imensa vacuidade técnico-científica».

Recorde-se que o diploma do PEV pretende impor, antes de qualquer relatório da CCI ou decisão política, uma detalhada inventariação de resíduos, quantificação, caracterização físico-química e listagem de locais contaminados.

«Além de ser também uma manobra dilatária, esta exigência assenta numa mistificação desmontada pela CCI», afirmou Barros Moura, explicando de seguida as razões pelas quais esta inventariação não está completa.

«Não é por falta de fiscalização, mas porque faltam os pressupostos para tornar efectiva a obrigação de os industriais identificarem e declararem os RIP e sua localização, isto é, infra-estruturas de tratamento», argumentou.

Quanto ao projecto do PSD, que proíbe a co-incineração, o deputado socialista limitou-se a evidenciar a sua incompatibilidade absoluta

com a proposta «verde» uma vez que esta última não exclui esta forma de tratamento de resíduos industriais perigosos.

«Mas os apoios a estes dos projectos demonstram que não está em causa a melhor fundamentação técnico-científica para a defesa da saúde e do ambiente e sim a obstrução ao Governo», declarou, acrescentando: «Não compreendemos, assim, o apoio do CDS/PP ao projecto do PEV».

Numa alusão directa aos habitantes das localidades próximas das cimenteiras escolhidas, José Barros Moura assegurou que «as operações só avançarão com todas as garantias de prevenção da saúde e da qualidade ambiental previstas na lei e no relatório da CCI».

«A realização dos testes – com o devido acompanhamento por representantes locais – será o tira-teimas», pois «só se tomará definitivo o que confirmar as conclusões da CCI», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO SANTINHO PACHECO

Distrito da Guarda

RAZÕES PARA CONFIAR NO FUTURO

O deputado socialista eleito pelo círculo da Guarda recusou-se, em nome dos seus conterrâneos, a aceitar que aquela região serrana e raiana seja considerada «zona de subdesenvolvimento, ou terra de coitadinhos e abandonados».

«É preciso reforçar o orgulho que sentimos em ser da Guarda, em viver e trabalhar neste distrito; e o reforço desta autoestima exige que nos deixemos de comparações sem sentido que só conduzem a invejas recalçadas, de que na cidade ou distrito ao lado já tudo existe e que nós não temos nada», disse Santinho Pacheco, durante a sessão plenária de quarta-feira, dia 14.

Saudando a tão esperada «revolução viária» da região, com numerosos projectos lançados ou a concretizar a curto prazo, o parlamentar do PS congratulou-se igualmente com a decisão política de construção de uma travessia em túnel na Serra da Estrela, infra-estrutura que considerou «fundamental para fazer a ponte entre o Planalto Beirão e a Cova da Beira», por possibilitar a construção de um pólo desenvolvimento integrado em torno da Região dos Herminios.

«Aliás, a Operação Integrada de Desenvolvimento ProEstrela, em boa hora lançada pelos governos do PS, exige um

aprofundamento das potencialidades regionais», sublinhou, acrescentando não ter dúvidas em afirmar que «as características físicas desta zona do País, as deficientes acessibilidades entre os dois lados da Serra e o facto de ser um Parque Natural, têm dificultado uma maior colaboração intermunicipal, pelo que é preciso encontrar uma solução inovadora que aproxime e una todos os concelhos da região serrana».

Considerando o envelhecimento da população e a desertificação humana o «maior drama» da Guarda, Santinho Pacheco reconheceu que em vários municípios não é já viável uma recuperação demográfica a partir da fixação dos mais jovens pela via de uma dinamização das empresas locais.

«É tempo de criar incentivos a sério que levem à localização de empresas e que permitam que os investimentos estrangeiros não tenham de ser sempre concretizados em zonas de praia», disse, frisando que com a instalação da rede de gás natural possibilita-se maior competitividade às empresas que se instalam na região serrana.

Denunciando o preconceito em reconhecer que o País interior e profundo é diferente e tem outro ritmo, sendo por isso discriminado, Santinho Pacheco defendeu convicto uma defesa mais empenhada destas zonas e uma maior protecção para as mesmas.

«O combate à desertificação começa em nós próprios sabermos defender o que ainda temos de bom e é reconhecido como tal em todo o País e no mundo inteiro», declarou, chamando o estado à

responsabilidade de inverter a situação demográfica caótica da região, mediante a instalação de serviços públicos, «que coma a modernização das novas tecnologias de comunicação se podem fixar tanto em Lisboa como em Almeida».

«A Guarda assume-se hoje como porta da Europa e fulcro dos eixos de desenvolvimento do centro interior do País», afirmou, lembrando que o a cidade possui um património cultural único, de terras de cultura e de turismo, destacando-se também no sector do desporto.

«Este povo da Guarda precisa de continuar a ver reforçada a aposta de salvaguarda das nossas aldeias históricas e do nosso património natural», explicou, referindo-se aos casos de Algodres, Melo, Trancoso e de todo o Parque Natural da Serra da Estrela, particularmente no que respeita à concretização «muito urgente» dos projectos de despoluição do Zêzere e do Alto Mondego.

Para os idosos e os pobres, Santinho Pacheco pediu um hospital eficiente e digno, através da reconversão e modernização dos espaços existentes no Parque de Saúde do Hospital Sousa Martins, «cumprindo um Plano Director viável onde o quadro de pessoal seja realista», sem esquecer os cuidados primários e a renovação dos centros de saúde.

Santinho Pacheco terminou a sua intervenção saudando a força e a resistência das populações que habitam a região serrana e raiana, exprimindo a convicção de que «o distrito da Guarda tem todas as razões para confiar no seu futuro».

MARY RODRIGUES



DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Projecto laranja

PORTAS JÁ DERROTOU DURÃO NO CAMPEONATO POPULISTA DOS MERCADOS E FEIRAS



Apesar dos sinais de aproximação, a luta na direita para ver quem é mais populista prossegue.

No campeonato dos mercados, feiras e outros acontecimentos, não obstante os esforços de Durão, Portas lidera com muitos pontos de avanço. É pois nesta lógica do «espelho meu há alguém mais populista que eu» travada no interior da direita, que se insere a recente iniciativa legislativa do PSD, que, segundo denunciou no dia 14 o deputado do PS Artur Penedos, «podendo parecer generosa, porque aparentemente se preocupa com o bem-estar das famílias em geral e dos idosos e pessoas portadoras de deficiência em particular, a verdade é que ela sofre do mesmo populismo que caracteriza as posições do CDS/PP em matéria de protecção social». Para Artur Penedos, «a presente iniciativa mostra-nos um PSD que, na ânsia de disputar o "título do populismo", na ausência de rumo e na ilusão de que a

irresponsabilidade e a demagogia podem dar muitos votos e imensa popularidade, esquece a sua tradição de partido com aspirações a governar».

Mercantilização da relação familiar

O deputado do GP/PS disse que, a ser aprovada a iniciativa do PSD, «poderíamos vir a ser conduzidos a um mercantilismo de relação familiar, criando e promovendo a profissionalização familiar de acolhimento, cenário que poderia vir a transformar as habitações desses profissionais em depósitos (des)humanos». Desmontando ponto por ponto o diploma laranja que classificou de «incoerente, inadequado e despropositado», Artur Penedos sustentou que a aprovação desta iniciativa legislativa «conduziria ao enfraquecimento da responsabilidade primeira que incumbe à família no apoio aos seus membros». Ao Estado, adiantou, «deve caber o papel de apoiar, subsidiar e desenvolver uma verdadeira política de inserção familiar».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ZELINDA SEMEDO

Desenvolvimento

APOSTAR NO ALENTEJO

«Investir, potenciar, revitalizar, informar e desenvolver são as palavras mágicas que encurtarão distâncias e trarão mais confiança, mais ousadia e iniciativas às gentes do Alentejo para superar atrasos, aproximando esta região dos níveis de desenvolvimento das outras regiões do país e da Europa.» Esta é a ideia central da intervenção da deputada socialista Zelinda Semedo, realizada no Parlamento, no passado dia 15. A parlamentar do PS mostrou-se convicta em que «para ganhar os desafios do século XXI, urge criar condições, nas diversas regiões do País, e através do princípio da discriminação positiva, viabilizar mais investimentos, maiores apoios que possam potenciar o desenvolvimento, nomeadamente no interior».

Depois de elencar um conjunto de iniciativas e medidas governamentais com vista à potencialização do distrito de Portalegre, a parlamentar do PS chamou a atenção para as dificuldades subsistentes.

«Região economicamente deprimida a nível nacional devido não só à sua situação geográfica, mas essencialmente à existência de condições económicas e sociais específicas, todo o norte do Alentejo enfrenta ainda, pese embora os esforços do Governo, problemas a nível económico, demográfico

e social», referiu. Baixo índice de escolaridade, elevadas taxas de abandono escolar, analfabetismo funcional e envelhecimento generalizado da população é o diagnóstico apontado pela deputada do GP/PS, frisando a urgência de «continuar a reforçar o investimento financeiro».

Zelinda Semedo quer ver potenciado o tecido económico regional, uma sociedade civil revitalizada, as potencialidades locais desenvolvidas e as acessibilidades em geral reforçadas, sobretudo no que toca aos corredores transversais e interiores onde se verificam as principais dinâmicas for a da faixa litoral.

«Criar instrumentos que permitam a fixação empresarial no interior, continuar a aposta na educação com a instalação de novas escolas, particularmente de ensino superior, otimizar a divulgação e valorização do turismo, inserido numa política do lazer, incentivar e valorizar ainda mais o património natural, cultural e ambiental para um efectivo desenvolvimento sustentado, apoiar o comércio local e dar continuidade à política de expansão do potencial agrícola e pecuário foram outras das ideias deixadas pela deputada do PS como chaves-mestras na resolução dos problemas mais prementes do norte alentejano.»

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CAIO ROQUE

Comunidades

NUNCA SE FEZ TANTO PELOS PORTUGUESES RESIDENTES NO ESTRANGEIRO



O deputado do PS Victor Caio Roque fez no dia 15 de Junho, na Assembleia da República, uma intervenção centrada na problemática das

portuguesa no estrangeiro e na questão do voto dos emigrantes na eleição presidencial.

Sobre o direito de voto na eleição presidencial dos cidadãos portugueses a residir no estrangeiro, o deputado do PS congratulou-se e referiu que a iniciativa governamental «abriu as portas da reforma do sistema político».

«Estamos certos – salientou – que o reforço da democracia plena será atingido através desta e das propostas que têm vindo a ser dadas a conhecer pelo Governo.»

Adiantou que «na sua grande maioria os portugueses exigem o voto presencial porque sentem que assim ninguém lhes poderá negar o direito de decidirem, eles próprios, dos destinos do seu país e da forma mais visível que é, como diziam os antigos "o de ir deitar o voto"; isto era, aliás, uma questão de honra».

Segundo referiu, «é preciso não esquecer que a revisão constitucional de 1997 ficará para a história como a revisão que conferiu plena cidadania às comunidades portuguesas, criando-lhes uma nova auto-estima. Legitimou-lhes o direito de voto nas eleições para a Presidência da República. Foi um acto de justiça».

Reestruturar e reformular tudo

Quanto às críticas que os partidos da oposição, com uma grande dose de demagogia e populismo, têm vindo a fazer às opções do Governo sobre as políticas direccionadas para as comunidades portuguesas, Victor Caio Roque disse que elas não têm razão de ser.

«Como é do conhecimento geral, em 1995, não existiam quaisquer políticas definidas sobre esta matéria. Aliás, o PS quando chegou ao Governo teve que reestruturar e reformular tudo», disse.

O deputado do PS falou de algumas das medidas mais emblemáticas lançadas pelo Governo e que se traduziram numa profunda revolução no modo como se apoiam os portugueses espalhados pelos quatro cantos do mundo.

J. C. CASTELO BRANCO

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

BUCARESTE

Conferência de ministros

CONSOLIDAR A CASA COMUM EUROPEIA DA EDUCAÇÃO

A Conferência dos Ministros da Educação da União Europeia, dos Países Associados da Europa Central e do Chipre decorreu de 18 a 20 de Junho, em Bucareste, sob a presidência do ministro da Educação português, Guilherme d'Oliveira Martins.

A reunião cujo tema principal é a Consolidação da Casa Comum Europeia da Educação, Coesão Social e Qualidade – Um Desafio para a Educação foi organizada pelos ministérios da Educação português e romeno e pela Comissão Europeia. Como orador convidado por parte de Portugal esteve presente o ex-ministro da Educação Marçal Grilo.

A conferência integrada no âmbito da cooperação da União Europeia com os países do Centro e do Leste da Europa, ao

identificar a coesão social e a qualidade da educação como um duplo desafio que a escola no seu todo deve saber responder, constituiu uma excelente oportunidade para que os ministros da Educação lancem o debate sobre uma das questões centrais que, de uma forma ou de outra, todos os países enfrentam e para as quais importa encontrar as soluções mais adequadas e mais eficazes.

Equidade no acesso à educação

O acesso à educação, as condições de equidade que garantam esse mesmo acesso, o combate às desigualdades, a luta contra a exclusão e a criação de uma escola para todos, constituem hoje áreas de intervenção e objectivos indiscutíveis, mas

para os quais nenhum país, conseguiu até hoje encontrar os meios e as formas de actuação globais que permitam, conciliar o grande objectivo da democratização da escola com uma melhoria gradual da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O que importa, nesta fase em que tantos países encetaram e desenvolveram programas e projectos que visam a democratização e a qualidade educativa, será identificar os instrumentos e as metodologias que possibilitam às escolas, como entidades privilegiadas as melhores condições para a concretização das medidas de política educativa.

Igualmente importante é contribuir para a construção da identidade própria das escolas com base no seu projecto educativo.

Refiram-se como alguns subtemas relevantes abordados na Conferência – o papel das novas tecnologias em todo o processo de desenvolvimento da qualidade e do alargamento das condições de igualdade no acesso à educação; a educação pré-escolar e os primeiros anos de escolaridade como períodos de formação com importância estratégica acrescida; a importância que deve ser concedida aos diferentes parceiros educativos – pais, autarquias, etc. – na gestão e administração das escolas; a autonomia e avaliação e a responsabilização como factores determinantes para a organização e a relação com as tutelas; os apoios sociais e as discriminações positivas como forma de combate à exclusão e ao insucesso escolar.

MEDIA

Conselho da Europa reafirma

SERVIÇO PÚBLICO É O MELHOR GARANTE DE UMA INFORMAÇÃO PLURALISTA

Representantes dos Estados-membros do Conselho da Europa reafirmaram no dia 16 a importância do serviço público de televisão, considerado «o melhor garante da igualdade de acesso de todos os cidadãos a uma informação pluralista e diversificada».

No final da VI Conferência Ministerial sobre Política de Comunicação Social, que decorreu em Cracóvia, na Polónia, foi aprovada uma declaração política onde se defende que o Conselho da Europa deve apostar nas dimensões humana e democrática dos «mass media» em todas as actividades que desenvolver nessa área.

Os ministros e representantes dos 41 membros do Conselho da Europa, responsáveis pela política no sector da comunicação

social, definiram as linhas em que se deverão centrar as actividades do Conselho.

O equilíbrio entre a liberdade de expressão e de informação e os outros direitos e interesses legítimos, o pluralismo dos serviços e dos conteúdos no domínio dos «mass media», a promoção da coesão social e a adaptação do quadro regulador dos media às mudanças em curso foram as quatro linhas apontadas.

Em relação ao desenvolvimento dos novos serviços de comunicação e informação (ligados à Internet e à televisão digital), foi preconizado nomeadamente que o Conselho da Europa aja ao nível da educação do público para utilização desses serviços, para evitar o risco da existência de sociedades «a duas velocidades».

É neste contexto que é reafirmada a

importância do serviço público, como meio de garantir a todos o acesso a uma informação pluralista e diversificada.

Embora considerando que os instrumentos jurídicos tradicionais adoptados pela organização, inspirados nas normas da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, continuam a fazer sentido no mundo da ciber-comunicação, defendeu-se que certas regras devem ser adaptadas ao novo contexto mediático.

Tecnologia digital

Expresso foi ainda o desejo de que rapidamente seja adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa a Convenção Europeia sobre a protecção jurídica dos serviços de

acesso condicionado, visando assegurar aos operadores e fornecedores de programas de rádio e televisão pagos e de serviços na Internet remunerados protecção contra a recepção ilícita dos mesmos a nível internacional.

«Tecnologia Digital, Internet e convergência: que princípios para a Europa?» foi o tema geral da conferência, e na qual intervieram o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, e o presidente da Missão para a Sociedade da Informação, José Dias Coelho.

A conferência contou com cerca de 60 participantes, entre os quais representantes dos 41 Estados membros do Conselho da Europa, de países observadores e de organizações como a União Europeia de Radiodifusão e Comissão Europeia.

ESTRASBURGO

Declaração de voto

MARINHO CRITICA RESOLUÇÃO CONTRADITÓRIA SOBRE O CONSELHO EUROPEU DA FEIRA

O eurodeputado socialista Luís Marinho fez no dia 15, em Estrasburgo, uma declaração de voto sobre a resolução do PE relativa ao Conselho Europeu de Santa Maria da Feira.

Segundo Luís Marinho, no ponto 8 da resolução sobre a questão austríaca, «o PE acaba por assumir uma posição de grande hipocrisia e flagrante contradição com

todas as posições que definiu anteriormente face a este problema».

Não se trata, sublinhou, de estar «contra o princípio da normalização das relações com a Áustria».

Trata-se, adiantou, «da oportunidade e do momento em que essa mudança política deve ser tratada».

«No quadro de uma resolução dirigida ao Conselho Europeu, deve ser este a tomar

em mãos essa mudança política aproveitando a sua reunião da Feira», referiu.

Ora, disse, «o que o texto afirma não é isto, pelo contrário pede que tal seja feito pela portuguesa».

Como é óbvio, acrescentou, «nesta fase e a quatro dias da realização do Conselho Europeu, é a este, no seu conjunto, como órgão máximo da União, que incumbe

aproveitar a circunstância histórica para actualizar a política da União face à Áustria».

«Felizmente que esta pequena parte do texto não inviabiliza o seu conteúdo global, que considero positivo. Infelizmente, ficou claro que foi muito mais para servir os pequenos interesses da componente portuguesa do PPE, que este Grupo adoptou esta posição, do que por convicção e sentido útil de tal voto particular», acentuou.

J. C. C. B.

ESPINHO

Sampaio defende

DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DAS CIDADES E COM A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou no dia 16, em Espinho, a um desenvolvimento harmonioso das cidades «com qualidade e com a participação dos cidadãos».

«Nós não podemos fazer obras que ninguém entenda, que não sintamos como nossas», acrescentou.

«É trabalho da democracia e dos eleitos convencer as pessoas, explicar os projectos e até mudar a nossa decisão se a participação dos cidadãos for nesse sentido», afirmou.

«Uma cidade melhora-se com as suas gentes e nunca contra os seus eleitores e os seus cidadãos», disse Jorge Sampaio, elogiando os dois melhoramentos que visitou na cidade: o Centro Multimeios de Espinho e o projecto de reabilitação da Marinha de Silvalde.

Para o Presidente da República, as duas obras representam a concretização de outras tantas prioridades para o desenvolvimento do País, a aposta na formação dos jovens – no caso do Centro Multimeios – e a luta contra a exclusão social, materializada no projecto de reabilitação da Marinha de Silvalde, uma zona socialmente deprimida.

Este projecto, iniciado há dois anos, contempla o tratamento das margens da ribeira de Silvalde e a eliminação das



ligações clandestinas de esgotos ali existentes proveniente do Bairro Piscatório, atravessado por aquele curso de água. No local nasceu uma nova área ajardinada

com uma área total de 5800 metros quadrados, que rodeia agora o Bairro Piscatório, cujo recinto polidesportivo também foi alvo de obras de recuperação

e ampliação.

Na mesma zona está a iniciar-se uma nova empreitada, orçada em 200 mil contos (um milhão de euros) destinada a requalificar a marginal sul de Espinho, onde vai ser construído um novo passeio público com 400 metros de comprimento, até ao campo de golfe.

Esta requalificação da marginal Sul de Espinho tem um prazo de execução de dez meses, devendo estar concluída no segundo trimestre de 2001.

Sampaio em sardinhada com o povo

Nesta deslocação a Espinho, que no dia 16 festejou o seu feriado municipal, Jorge Sampaio participou ainda, ao almoço, numa sardinhada no recinto da feira semanal de Espinho, entre centenas de populares.

À tarde, foi inaugurado o Centro Multimeios de Espinho, projectado pelo arquitecto Nuno Lacerda Lopes que inclui um planetário, uma sala de cinema de grande formato, uma sala para exposições de artes plásticas e várias salas de uso polivalente. O edifício, que representa um investimento de cerca de 200 mil contos, tem a forma de um navio, com as paredes exteriores revestidas a bronze, rodeado por um espelho de água.

PLANEAMENTO

Pinhal Interior

ELISA FERREIRA LANÇA MEGAPLANO PARA COMBATER A DESERTIFICAÇÃO

A região do Pinhal Interior vai beneficiar de um plano global de intervenção que prevê investimentos da ordem dos 15 milhões de contos nos próximos seis anos, para combater a desertificação.

Ao todo são 21 concelhos dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Santarém que fazem parte da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior, cujo Plano Global de Intervenção foi analisado segunda-feira entre os autarcas e a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira.

A reunião entre as 21 autarquias e a ministra decorreu na Câmara de Penela e contou com a participação dos secretários de Estado Adjunto do Planeamento e do Desenvolvimento Rural.

O Pinhal Interior sofre de um «processo longo de desertificação», afirmou a ministra. Em conjunto com o Ministério da Agricultura e outros agentes, o Ministério liderado por



Elisa Ferreira pretende no arranque do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) desenvolver uma estratégia que contrarie a tendência de desertificação na região, disse a ministra.

Investimento de 15 milhões de contos

«A floresta é uma peça muito importante» na estratégia de combate à desertificação do Pinhal Interior, sublinhou Elisa Ferreira. A AIBT do Pinhal Interior prevê, para o período 2000-2006, um investimento global de 14,9 milhões de contos.

Pertencem à AIBT os concelhos de Castelo Branco, Fundão, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, e Mação.

AGRICULTURA

Candidaturas em Julho

REESTRUTURAR A VINHA COM 30 MILHÕES

Os primeiros três mil hectares dos 20 mil que podem integrar a reserva nacional vitivinícola até 2006 serão postos a concurso em Julho, de acordo com o plano apresentado, no dia 17, em Santarém, na inauguração da Feira Nacional da Agricultura, do Mundo Rural e das Florestas. O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, sublinhou que vão estar disponíveis, neste plano, um total de 30 milhões de contos, a ser financiados através do Feoga-Garantia. Realçando o facto de o vinho estar actualmente «no topo da capacidade competitiva da nossa agricultura», Capoulas Santos destacou ainda que Portugal é o único Estado membro da União Europeia que tem direitos de plantação, com ajudas, de cerca de 30 mil hectares de olival e que na horto-fruticultura se abandonou a política do arranque.

Na cerimónia de abertura da 37ª Feira Nacional da Agricultura, do Mundo Rural e das Florestas, 47ª Feira do Ribatejo, inaugurada, Sábado, pelo primeiro-ministro, foram apresentados os planos nacionais de reestruturação da vinha e de atribuição de novos direitos de plantação da vinha.

O presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, que apresentou os planos, afirmou que a institucionalização de uma reserva nacional de direitos de plantação «permite dar uma resposta construtiva no que era o principal estrangulamento da actividade neste sector».



Falando sobre as inovações dos planos, o responsável disse, está a ser elaborado um «cadastro moderno» das explorações vitícolas, das parcelas de vinha, dos viticultores e dos titulares de direitos.

Esse ficheiro, acrescentou, «melhorará a gestão do património vitícola, que passará a ser feita de forma descentralizada e mais oportuna», e dotará as Comissões Vitivinícolas Regionais, que certificarão os vinhos com denominação de origem, do instrumento credível e objectivo para a valorização desses vinhos.

As novas plantações de vinha vão beneficiar de apoios no âmbito do

Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural – 55 por cento para jovens agricultores em zonas desfavorecidas (45 por cento nas outras), 50 por cento para os outros agricultores (40 por cento em zonas não desfavorecidas). Em Julho estarão a concurso 3 041 hectares repartidos pelo conjunto das regiões vitivinícolas do País, «em função da importância relativa da área de vinha e da vontade de investimento manifestada em cada região».

Os direitos de novas plantações destinam-se exclusivamente à produção de vinho regional, de vinhos de qualidade

produzidos em região determinada e as candidaturas devem contemplar uma área mínima de um hectare e máxima de dez.

A este programa podem candidatar-se os proprietários ou exploradores de parcelas que não tenham cedido direitos de replantação e se comprometam a não vir a cedê-los nas próximas oito campanhas e que não tenham sido titulares de direitos de replantação ou de plantação que tenham caducado por não utilização nas últimas cinco campanhas.

Dez por cento da área tem por destinatários preferenciais jovens agricultores para primeira instalação.

Quanto ao plano nacional de reestruturação da vinha, visa adaptar a produção à evolução das tendências do mercado, valorizar os vinhos com denominação de origem ou com indicação geográfica, reforçar a competitividade do sector e melhorar o rendimento dos viticultores.

O plano contempla a reconversão varietal, a realocação da vinha e a melhoria das técnicas de gestão da vinha, prevendo a sobreexerção de vinhas (mudanças de castas para acompanhar novas tendências do mercado), a melhoria das infra-estruturas fundiárias, a preparação do terreno e a plantação.

Para além do apoio ao investimento, o regime prevê uma ajuda de compensação pela perda de rendimentos – manutenção da vinha velha durante três anos ou compensação financeira (250 contos por hectare) a pagar ao longo de três anos.

EDUCAÇÃO

Novo programa

PORTAL NA INTERNET PARA FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES

Sessenta e uma escolas e 25 centros de formação integram a Rede Prof2000, um programa de formação contínua «on-line» de professores à distância que foi apresentado segunda-feira em Aveiro.

Sucessor do projecto Trends, o programa Prof2000 disponibiliza serviços para todas as comunidades educativas, desde professores e projectos de escola, a pais, funcionários e alunos.

Abrange escolas dos distritos de Santarém, Leiria, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Aveiro e Porto, e resulta de uma parceria entre a Portugal Telecom/PT-Inovação e o Ministério da Educação, através da Direcção Regional de Educação do Centro (DREC).

Os serviços Prof2000 são o «maior e mais consolidado» sistema de formação à



distância em operação regular em Portugal, tendo já assegurado a preparação efectiva de 800 professores, segundo uma nota divulgada pela DREC.

Como herdeiro do Trends, o Prof2000

mantém a funcionar todos os serviços prestados às escolas e professores, e também as suas estruturas, nomeadamente o Centro de Treino – o «help-desk» de todas as situações de funcionamento do programa, desde questões relacionadas com «software» e «hardware» a do foro burocrático.

O Centro de Treino é o garante do funcionamento das acções de formação contínua, reconhecidas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua e que até agora abrangeram mais de 800 formandos.

Em cada escola existe um «professor líder» com formação técnica especializada, assegurada pela PT-Inovação.

Um utilizador do programa Prof2000 pode propor e participar em actividades com interesse educativo, conferências, debater

em tempo real com outros utilizadores e publicar documentos na sua área pessoal. As acções de formação à distância para este ano abrangem os temas: dislexia, a Internet aplicada ao ensino tecnológico e a sua utilização no ensino das ciências económicas e sociais, toxicodependência e meio escolar, educação e cultura visual, gestão escolar versus gestão intermédia, e calculadora gráfica e o computador em interacção.

O Prof2000 foi apresentado numa sessão multimédia com a participação do secretário de Estado da Administração Educativa, na sede da PT-Inovação em Aveiro.

Durante a sessão foram efectuados contactos «on-line» com um líder de escola ou participante numa acção de formação, bem como com um aluno, encarregado de educação ou director de uma escola.

PORTUGAL E CABO VERDE ASSINAM PROTOCOLO

A secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa portuguesa anunciou que Portugal e Cabo Verde assinarão, ainda este ano, um protocolo de cooperação na área da Administração Pública que permitirá tornar as relações bilaterais mais sustentadas.

Alexandre Rosa falava, no dia 15, antes do regresso a Lisboa e depois de uma semana de trabalho em Cabo Verde onde, além de encontros com os seus homólogos e com outras autoridades cabo-verdianas, presidiu às comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Mindelo (ilha de São Vicente) e na Cidade da Praia.

«O balanço é extremamente positivo», disse o governante resumindo os resultados da visita, de que destacou a realização do workshop de dois dias «Para uma Administração Pública melhor», em que foram debatidos «temas que correspondiam a necessidades do Governo de Cabo Verde em matéria de Administração Pública» e em áreas em que o Executivo português também está a trabalhar.

«Esta reunião vai resultar um Programa de Cooperação Bilateral entre Portugal e Cabo Verde no domínio da Administração Pública, a partir do qual faremos um protocolo de cooperação que incidirá em quatro áreas – avaliação de desempenho dos funcionários públicos, concepção e gestão de uma base de dados da Administração Pública,



qualidade e certificação da qualidade dos serviços públicos e o projecto da Loja do Cidadão (em Portugal) ou Balcão Único (em Cabo Verde)», afirmou.

Quanto ao último, Alexandre Rosa anunciou que uma delegação técnica do Instituto de Gestão da Loja do Cidadão deslocar-se-á em Julho ao arquipélago para «ajudar o Governo de Cabo Verde a estruturar o seu projecto de Balcão Único».

Sobre o protocolo com Cabo Verde, sublinhou que será trabalhado nos próximos meses e permitirá «dar um salto mais estruturado de uma cooperação mais sustentada, sem prejuízo das acções pontuais que venham a decorrer».

Desde a chegada ao País, Alexandre Rosa referiu-se sempre à cooperação como um movimento de «dar e receber». Questionado sobre quais os benefícios que para Portugal poderão advir da cooperação com Cabo Verde no domínio da Administração, realçou a troca de experiências.

Neste sentido e no âmbito do protocolo de cooperação, Rosa admitiu a criação de uma Comissão de Acompanhamento que permitirá debater e discutir problemas comuns.

Quanto ao projecto «Janela Única», lançado em 1999 em Cabo Verde para facilitar o acesso dos cidadãos à administração central, o secretário de Estado português confessou que está «muito bem impressionado».

«É um projecto baseado numa ideia muito

interessante e que está a funcionar no terreno, embora com dificuldades. Mas o que é importante é que está no terreno e a funcionar», salientou, adiantando que com a «Janela Única» se criou a «ideia de servir o cidadão, numa forma de fazer uma Administração Pública diferente».

Para o governante português, o projecto cabo-verdiano reforçou a ideia que já tinha das vantagens quanto à implementação em Portugal de um serviço semelhante, os Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC). Os PAC, disse, «são fisicamente constituídos por um funcionário, um computador e um conjunto de produtos para oferta descentralizada».

«Os PAC servirão para descentralizar a Administração Pública, através da utilização das novas tecnologias e de instrumentos de aproximação ao cidadão, aos sítios mais recônditos do País», explicou.

Paralelamente ao workshop e aos encontros de trabalho com a secretária de Estado da Administração Pública de Cabo Verde, Ana Paula Almeida, Rosa reuniu-se com o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro cabo-verdiano, Mário Fernandes, tutela do Poder Local, e com o chefe do Executivo, Carlos Veiga.

Nessas reuniões foi identificada «mais uma linha de trabalho da cooperação», disse, especificando que se refere ao apoio de Portugal ao desenvolvimento da figura dos governadores civis em Cabo Verde, também em actualização em Portugal.

MAIOR MANTA DE RETALHOS DO MUNDO FOI INAUGURADA

A Porto 2001, SA entrou domingo no livro «Guinness» de recordes com a inauguração da maior manta de retalhos do Mundo, 50 mil metros quadrados estendidos no Parque da Cidade.

Para a inauguração da «Manta da Cultura», a Porto 2001 preparou uma festa, que incluiu caricaturistas gratuitos, mimos, equipamentos para entretenimento de crianças, cuspidores de fogo, malabaristas, pauliteiros, capoeira, grupo de mareantes e teatro de rua.

O objectivo foi que a «Manta da Cultura» ultrapassasse o recorde inscrito no livro «Guinness» desde 30 de Maio de 1993, data em que foi exposta em North Yorkshire, Inglaterra, uma manta com 17.289 metros quadrados.

A manta foi produzida pela empresa Realizar - Eventos Especiais, com o apoio



da Coelima, que cedeu 50 mil retalhos de tecido com um metro quadrado cada.

Os retalhos foram enviados a centenas de instituições, na sua maioria escolas, que os pintaram, bordaram e decoraram e coseram uns aos outros para formar a

manta gigante.

A feitura da manta contou com a participação de 309 escolas primárias e 243 secundárias, 14 delegações do Instituto Português da Juventude, três estabelecimentos prisionais, dois centros comerciais e diversas instituições sociais.

Grande colaboração e participação

O último retalho da manta foi cosido no domingo pela presidente da sociedade promotora da Capital Europeia da Cultura, Teresa Lago.

No final da inauguração, a manta foi dividida em novos retalhos, desta vez de «proporções razoáveis», que serão entregues às instituições colaboradoras, sob a forma de «tapetes de parede».

Respeitando as regras do «Guinness», a

Porto 2001 e a Realizar garantiram a presença na inauguração de responsáveis de uma empresa de auditoria, um notário e duas testemunhas. A Realizar já inscreveu quatro recordes no «Guinness», o mais célebre dos quais foi o do maior logotipo humano, conseguido em 1999 no Estádio do Jamor, em Oeiras, para promover a candidatura de Portugal à organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

Na ocasião, foi batido um outro recorde, o de maior «casting» de publicidade, quando o logotipo humano «ganhou vida», com o futebolista a dar um chute na bola.

Em 1996, a Realizar organizou a maior construção em balões (um barco rabelo) e em 1998 o monte de moedas mais valioso do Mundo, cuja receita reverteu para a Unicef.

AUTARQUIAS



AUTARQUIAS

INICIATIVAS & EVENTOS

Amarante



Autarquia subscreve protocolo para tratamento dos lixos

O município de Amarante aderiu ao «Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos» para o Baixo Tâmega, que integrará em conjunto com os concelhos de Basto, Baião e Marco de Canaveses e com a Empresa Geral do Fomento.

No âmbito deste protocolo é criada uma sociedade que fará a exploração do aterro sanitário do Baixo Tâmega.

Cascais

Praias com bandeira azul

A Câmara Municipal de Cascais e a Associação Bandeira Azul da Europa realizaram na manhã do dia 17 a cerimónia do hastear da 1ª bandeira azul na Europa, na praia do Guincho.



As praias do Guincho, Cresmina, Moitas, Tamariz e São Pedro do Estoril foram galardoadas este ano com a bandeira azul, símbolo de qualidade atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa.

Desinfestação das areias de praias do concelho

Associado a este símbolo de qualidade das praias e das águas, a autarquia de Cascais tem também a decorrer um programa - inédito em Portugal e muito raro na Europa - de desinfestação das areias de praias do concelho com produtos naturais (iodo natural).

Coimbra

Noites de Verão escaldantes com ritmos sul-americanos e africanos

Escaldante. A música sul-americana e os sons africanos vão aquecer as «Noites de

Verão de Coimbra».

Iniciativa da Câmara Municipal, os espaços urbanos mais nobres vão animar as noites de Verão na cidade, que durante os próximos quatro meses partilham a Canção de Coimbra, o folclore regional e as musicalidades de outros estilos, com destaque para os sons quentes de Cuba e Cabo Verde.



De entrada livre, os espectáculos têm como palco, de forma alternada, as Escadas do Quebra Costas, o Arco de Almedina, a Praça 8 de Maio, a Praça Velha e o Jardim da Sereia.

Durante este mês, actuam os Up With People, o grupo cubano Septeto Habanero com Vitorino e a cantora cabo-verdiana Maria Alice (21).

Em Julho, as musicalidades iniciam-se com a V Punkada (dia 12), um grupo formado por jovens deficientes integrados no Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.

Orientados pelo musicoterapeuta Francisco Borges de Sousa, a V Punkada (formada em 1993) compõe temas originais que oscilam entre os estilos pop, rock e funk. O quinteto cubano Vieja Trova Santiaguera (dia 13), a portuguesa Lúcia Moniz (20), o Coro de Câmara De La Vienne (21), a composição AmarAmargem (dia 26, reúne músicos com percursos diversos e influências da música popular, clássica, coral e do jazz), e o grupo francês Les Dièses (27) são outras das atracções de Julho.

Canto e poesia

As noites do mês de Agosto são preenchidas com «Coimbra... enCanto e Poesia» (dia 3) por Victor Almeida e Silva (autor, compositor e intérprete), a Orquestra dos Jovens Músicos Europeus (10), o Quarteto de Saxofones de Aveiro (17), os Astronautas (24) e os Ornatos Violeta (31). Os estudantes de Coimbra The Statement (dia 6) e o grupo Belle Chase Hotel (7) encerram, em Setembro, o espaço dedicado às musicalidades.

Durante as Noites de Verão, o Fado de Coimbra é o protagonista das terças-feiras e alguns domingos, enquanto o folclore impõe-se às sextas-feiras, através de grupos reconhecidos pela Associação de Folclore e Etnografia da Região do Mondego.

Fafe

Município aprova criação de polícia municipal

O município de Fafe deliberou na sua última

reunião aprovar a proposta de criação do serviço de polícia municipal, bem como o respectivo regulamento e quadro de pessoal.



Recorde-se que a autarquia de Fafe possui desde 1983 um corpo de polícia municipal, criado com base no Código Administrativo e numa decisão que, na altura, suscitou alguma controvérsia.

Com a entrada em vigor da Lei nº 140/99, de 28 de Agosto, é possível aos municípios criarem o serviço de polícia municipal. No caso de Fafe, há assim necessidade de se enquadrar legalmente o actual corpo de polícia municipal e de se enquadrar o seu funcionamento, de forma a exercer as funções que a nova lei lhe confere.

Faro

Câmara promove Cursos de Música

A Câmara Municipal de Faro, em colaboração com o Conservatório Regional do Algarve Maria Campina, vai organizar, de 2 a 9 de Setembro, os Cursos de Música de Faro.



Estes Cursos, integrados no programa dos Serões Culturais, terão a direcção artística de Paulo Vaz de Carvalho.

As inscrições podem ser feitas na Divisão da Cultura da Câmara Municipal de Faro.

Matosinhos

Câmara investe 2,5 milhões de contos em habitação social

A Câmara de Matosinhos aprovou a construção de 168 fogos para habitação social e aquisição de mais 125 para a mesma finalidade, num valor global de cerca de 2,5 milhões de contos (12,5 milhões de euros).

Deste conjunto de habitações, 108 dizem respeito à execução do Conjunto Habitacional de Monte Espinho, em Leça da Palmeira, o que representa um

investimento de 950 mil contos (4,75 milhões de euros).

Além dos fogos, este projecto prevê ainda a construção de uma escola do Ensino Básico, ATL, parque infantil, centro de dia, centro comunitário e estabelecimentos comerciais.



O segundo conjunto de habitações inclui os 60 fogos do Conjunto Habitacional de Custiód, em Leça do Balio, que envolve um investimento de 550 mil contos (2,75 milhões de euros), no âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER).

Foi também aprovada pelo Executivo camarário a minuta de um protocolo de cooperação entre a autarquia e a empresa Jonovar/FDO, que prevê a aquisição de 125 habitações em Leça da Palmeira, que serão atribuídas a agregados familiares incluídos no PER, num montante que deverá exceder um milhão de contos (cinco milhões de euros).

O Executivo autárquico aprovou ainda a concessão de cerca de 50 mil contos (250 mil euros) de subsídios para apoio de instituições locais.

Montijo

Autarquia cria museu para homenagear Jorge Peixinho

A Câmara do Montijo, presidida pela socialista Maria Amélia Antunes, quer restaurar a casa da Quinta das Nascentes, para criar um museu que albergará o espólio deixado pelo maestro Jorge Peixinho.



Falecido em 1995, o músico montijense reconhecido internacionalmente terá também um busto no local.

A Quinta das Nascentes tornou-se recentemente propriedade da autarquia. Os seus 3,5 hectares serão transformados em jardim, que se inserirá num corredor verde de maiores dimensões.

PS EM MOVIMENTO

BATALHA

Nova sede inaugurada

O coordenador autárquico do PS para a região Centro, camarada José Penedos, disse no dia 18 que a maioria dos candidatos às câmaras municipais já estão definidos de uma «forma informal».

No final da inauguração da nova sede do PS na Batalha, moderna e funcional, o camarada José Penedos afirmou que «a generalidade dos candidatos a presidentes de câmara já estão escolhidos».

De acordo com este responsável, «há um conjunto de casos em que a escolha ainda não foi feita», mas as eleições dos secretariados das comissões políticas concelhias que se realizam no último trimestre deste ano «vão servir para consolidar todas as estruturas de decisão».

O camarada José Penedos salientou ainda que «as candidaturas do PS são sempre ambiciosas».

Neste contexto, o camarada José Penedos rejeitou liminarmente a possibilidade de acordos com outros partidos.

Penedos rejeita negócios com a direita

«Não precisamos de fazer negócios com o PP e o PSD para ganhar câmaras», disse. Penedos rejeitou qualquer possibilidade de coligação, «seja ela com quem for».



BOTICAS

Reunião geral de militantes

Ascenso Simões, candidato a presidente da Federação de Vila Real do PS, partido de militantes, de projecto e do punho erguido, está em campanha.

Numa reunião geral de militantes realizada em Boticas, Ascenso Simões afirmou-se contrário a uma aproximação ao PCP que possa levar à existência de coligações alargadas ao território nacional.

Déficit democrático pior que na Madeira

Numa reunião em que se mostrou que o PS de Boticas é um partido activo, os militantes analisaram ainda a situação política que se vive no concelho, marcada por uma falta de democracia, com uma intervenção sufocante da Câmara liderada pelo PSD. Situação que, foi realçada pelos camaradas presentes, em muitos aspectos é pior do que a que se vive na Madeira.



ÉVORA

José Oliveira candidato à Concelhia

Em Évora o PS precisa de se afirmar com um projecto credível face à hegemonia da CDU. Um projecto que se demarque claramente da direita e do neoliberalismo e ainda do imobilismo da CDU. Um projecto de desenvolvimento sustentado e harmonioso e de justiça social.

Por isso, é necessário que todos os socialistas estejam motivados e empenhados para as batalhas que se avizinham.

O militante socialista José Ernesto Oliveira anunciou a sua candidatura à presidência da concelhia de Évora do PS, cujas eleições se realizam dia 26.

Assim, face à nova composição da concelhia, o candidato do PS à Câmara de Évora voltará a ser José Ernesto Oliveira.

Eleições no dia 26

As eleições na concelhia socialista foram marcadas para dia 26, depois do anterior presidente da concelhia, Domingos Cordeiro, ter apresentado a demissão alegando «motivos profissionais».

Na lista do camarada José Ernesto de Oliveira, deverão surgir nomes como os de Henrique Troncho, presidente da distrital socialista e governador Civil do Distrito, e Carlos Zorinho, deputado eleito por Évora.

O camarada José Ernesto Oliveira preside à Comissão de Coordenação Regional do Alentejo e é vereador na Câmara Municipal de Évora.

LAGOS

Boletim informativo

Saiu recentemente o número seis do boletim informativo do PS/Lagos. Chama-se «Encontro» e é um ponto de encontro, de opinião, de informação de todos os militantes do PS/Lagos.

Nas suas páginas pode ler-se uma completa e bem cuidada informação das actividades desta estrutura, bem como da actividade dos vereadores do PS na Câmara de Lagos, de maioria laranja.

Está de parabéns toda a equipa que faz este boletim, em especial os camaradas Carlos Matos (editor) e José Luís Mota Vieira (chefe de redacção).



MADEIRA

PS apresenta 20 propostas

O Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Regional da Madeira defendeu no dia 16 a desvinculação do Governo Regional na participação das sociedades desportivas regionais.

Esta é uma das 20 propostas apresentadas pela bancada socialista, visando uma reformulação substancial no sistema desportivo regional.

Na apresentação do diploma, André Escórcio, deputado do PS, afirmou que a sua bancada defende a «racionalização do investimento público em actividades desportivas profissionais, deixando que o associativismo e o próprio mercado encontrem soluções mais adequadas».

Os socialistas não concordam que, anualmente, a Região despenda imensos meios financeiros na contratação de centenas de praticantes continentais e estrangeiros para fazer face aos exigentes quadros competitivos profissionais.

Novas regras de financiamento do desporto

Para André Escórcio, é preciso também «o estabelecimento de novas regras no quadro do financiamento do desporto, pelo que é fundamental que o Governo se desvincule na participação nas sociedades desportivas».

Incentivos para que os clubes sejam efectivamente continuadores da actividade desportiva escolar e fomentadores da competição regional e a definição de um quadro de modalidades de investimento prioritário são outras preocupações dos socialistas madeirenses.

Isto, tendo em conta um objectivo maior: o aproximar às médias europeias as taxas de participação desportivas da região, visando o crescimento do desporto de matrizes educativa, de lazer, de saúde e de bem estar.

PORTO

Assis é candidato

O camarada Francisco Assis confirmou a sua candidatura à liderança da Federação do Porto do PS, cujas eleições deverão realizar-se entre o final de Setembro e o início de Outubro.

O líder do GP/PS deverá formalizar a sua candidatura amanhã.

Francisco Assis classificou como absurda a explicação de que esteja a servir como «peão» dos objectivos estratégicos do ministro da Administração Interna, Fernando Gomes.

Renovação

«Já há dois anos assumi uma posição que assumi. Fiquei isolado politicamente, mas hoje já não estou assim tão isolado», disse.

Francisco Assis justificou a sua candidatura em nome de uma «necessária renovação do PS no distrito do Porto».





POR UMA EDUCAÇÃO PERMANENTE QUE VALORIZA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Começo por saudar, muito especialmente, o povo hospitaleiro da Roménia, a quem nos ligam, nós portugueses e aos países de matriz latina, laços de proximidade cultural e linguística, que têm sido fortalecidos nos últimos anos, em virtude da caminhada romena para a democracia e no sentido da solidariedade europeia. Desde o momento em que Trajano chegou à Dácia até ao momento presente houve e há raízes culturais que se aprofundaram e que hoje constituem base para o aprofundamento de um projecto comum europeu. A casa comum da Europa está, com efeito, a ser construída, a partir de pequenos passos e de realizações como esta, que partem do reconhecimento das diferenças para a criação de uma comunidade que desejamos possa ser um ponto de encontro plural de interesse, valores e destinos.

O caminho que já trilhámos passou pelos encontros de Varsóvia em 1997, de Praga em 1998 e Budapeste em 1999, onde reflectimos sobre o que nos pode unir, compreendendo-se a força das diferenças e das complementaridades. Na Educação, cada um salvaguarda a sua própria identidade, sendo, no entanto, indispensável haver condições que favoreçam a mobilidade, o reconhecimento mútuo de formações, a troca de informações, a cooperação técnica, o contacto permanente entre escolas, professores, estudantes, instituições universitárias e de investigação científica e tecnológica. Num mundo sem fronteiras em que a comunicação e a informação têm uma importância crescente, torna-se fundamental abrir fronteiras e favorecer o diálogo e a cooperação.

É tempo de compreender que as fronteiras físicas deram lugar às fronteiras invisíveis. Ontem as fronteiras separavam e distinguiam. Hoje, pelo contrário, as fronteiras são o sinal da diversidade e do pluralismo, mas têm de ser vistas como factores de aproximação. As línguas e as culturas, o conhecimento da história e da geografia, o diálogo científico e técnico constituem, assim, poderosos desafios no sentido de uma cultura da paz que tem que se basear na criação de uma autêntica sociedade educativa, onde o desenvolvimento social, cultural e económico seja aferido pela capacidade de aprender mais e melhor.

Estamos confrontados com o que Mircea Eliade dizia ser «a liberdade do homem de fazer história fazendo-se a si próprio». A educação e a formação estão confrontadas com esta responsabilidade - que constitui o grande desafio do tempo actual. Temos de construir no tempo e na história as condições de progresso e de justiça que nos permitam avançar no sentido da dignidade humana e do respeito mútuo, numa sociedade de direitos e deveres, onde a cidadania aberta seja o sinal universalista da

emancipação humana.

A reunião de Bucareste coincide com a realização do Conselho Europeu da Feira e com o início da concretização das conclusões históricas do Conselho Europeu de Lisboa de Março último, durante o qual, e pela primeira vez na história da União Europeia, foi reconhecida a importância fundamental das políticas da Educação e da participação dos responsáveis pela Educação na concepção e aplicação das mudanças económicas e das políticas de coesão social, de emprego e de formação profissional. E recordo as conclusões fundamentais do Conselho de Lisboa, onde se diz expressamente que «os sistemas educativos e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um nível de qualidade do emprego. Terão de oferecer oportunidades de aprendizagem e de formação concebidas para grupos-alvo em diferentes fases das suas vidas: jovens adultos desempregados e pessoas empregadas que correm o risco de ver as suas competências ultrapassadas pela rapidez da mudança. Esta nova abordagem deverá ter três componentes principais - o desenvolvimento de centros de aprendizagem locais, a promoção de novas competências básicas, em especial em matéria de tecnologias de informação, e uma maior transparência nas habilitações».

De facto, reconhece-se que as pessoas são o principal trunfo da Europa e deverão constituir o ponto de referência das políticas da União. Só assim poderemos pôr em prática um modelo de solidariedade cívica, que promova o emprego, e que combata todas as formas de exclusão social e de pobreza. Promoção da qualidade e combate a exclusão deverão, por isso, andar a par. Por isso a Cimeira de Lisboa solicitou aos Estados-membros e aos órgãos da União a realização e concretização de diversas tarefas. Antes de mais, um aumento substancial do investimento "per capita" em recursos humanos e a redução para metade do número de jovens na faixa etária dos 18 aos 24 anos possuidores apenas de estudos secundários de nível inferior e que não estão a prosseguir os estudos ou a formação. Foi ainda solicitada, a ligação de todas as escolas e centros de formação à Internet, como centros de aprendizagem polyvalentes, acessíveis a todos; a definição de um quadro de competências básicas, que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida, em tecnologias de informação, em línguas estrangeiras, em cultura tecnológica, no favorecimento do espírito empresarial e de risco e de competências sociais - devendo ser criado um diploma europeu de competências básicas em tecnologias de informação, com procedimentos descentralizados de certificação a fim de

promover a literacia digital em toda a União. De igual modo, é indispensável a definição até ao final de 2000, dos meios de promoção da mobilidade dos estudantes, professores e pessoal de formação e investigação, tanto através de uma melhor utilização dos actuais programas comunitários (Sócrates, Leonardo e Juventude para a Europa), como através da remoção de obstáculos e criação de uma melhor transparência no reconhecimento das habilitações e dos períodos de estudos e formação, devendo ser adoptadas medidas destinadas a remover os obstáculos à mobilidade dos professores até 2002 e atrair os professores melhor qualificados. Deverá ainda ser desenvolvida uma norma europeia comum para os currícula vitae, a utilizar numa base voluntária, de modo a facilitar a mobilidade através da ajuda à avaliação dos conhecimentos adquiridos, tanto nos estabelecimentos de ensino e formação como pelos empregadores.

Pretende-se, assim, criar uma sociedade baseada no conhecimento e inovação, assente na diversidade dos sistemas de educação e de formação, com respeito do princípio da subsidiariedade, na qual a mobilidade e a avaliação da qualidade sejam factores de enriquecimento mútuo. Daí, a importância da mobilização de professores e educadores em torno da melhoria da qualidade, da autonomia das escolas, da estabilidade da sua vida profissional e da consideração do aluno como objectivo fundamental de todo o trabalho educativo. Daí também, a necessidade de compreender e de assumir o novo paradigma da educação e da formação ao longo da vida.

A sociedade educativa que estamos a criar, através do enriquecimento da dimensão europeia na educação e compreendendo que toda a educação é educação para a cidadania, baseia-se, assim, num conceito de educação permanente, que valorize a igualdade de oportunidades, a educação pré-escolar, a educação básica de qualidade para todos, o ensino secundário encarado como regulador e orientador do sistema, com forte valorização das componentes profissional, tecnológica e artística, o ensino superior de qualidade para o maior número, abrindo-se aos novos públicos, à internacionalização e ao paradigma de educação e formação ao longo da vida. E se estes pontos merecem destaque, não podemos deixar de lhes acrescentar a importância estratégica da formação de educadores e professores, numa perspectiva de necessidades das escolas e de coerência nos planos individuais de formação; bem como a educação e a formação de adultos, dando especial ênfase às iniciativas descentralizadas e relevantes da sociedade civil e à certificação de adquiridos.

A sociedade educativa é aquele onde se

aprende mais e melhor. Daí a importância do combate à exclusão e da ligação entre a concorrência e a igualdade de oportunidades. Daí a necessidade de apostar numa escola inclusiva, onde se responda, com bom senso e sabedoria, ao dilema que opõe qualidade e democratização. Daí a importância crescente das tecnologias de informação e comunicação - no sentido de uma maior literacia digital e da melhoria das aprendizagens na sala de aula. As tecnologias de informação e a internet são instrumentos, muito importantes que não podem tomar o lugar das pessoas e que têm de ser postos ao serviço da qualidade das aprendizagens. Saúde, por isso, muito especialmente a iniciativa e-learning apresentada pela Sr^a Comissária Viviane Reding e que constitui uma das consequências mais consistentes para aplicar e concretizar as conclusões da Cimeira Extraordinária de Lisboa.

Permitam-me que destaque ainda a importância central da consideração da escola como centro da vida educativa. Por isso, a autonomia escolar tem de ser apoiada e incentivada, enquanto autonomia construída e enquanto apelo permanente à participação dos diferentes actores sociais, em termos de autêntica partilha de responsabilidades, para que a proximidade das questões fundamentais se constitua em factor de qualidade e de enriquecimento das experiências educativas.

Aprender a ser com os outros - constitui o objectivo central da escola do novo século. O saber, o saber fazer, o experimentar, o exercitar a autonomia, a responsabilidade e a solidariedade constituem os elementos fundamentais a ter em consideração na arte de educar. Educar é produzir, criar e é despertar para a cidadania e é aprender sempre, porque, como diz, o ditado popular português, o «saber não ocupa lugar». É a liberdade que está em causa. É a solidariedade voluntária que estamos a construir.

A terminar, agradeço aos senhores professores M. Korka e Eduardo Marçal Grilo o terem correspondido ao convite para partilharem connosco as suas reflexões sobre a desafio que constitui a procura de soluções tendo em vista a promoção da coesão social, através do combate à exclusão, do reforço da solidariedade e da melhoria da qualidade da educação como factor de regulação social e de enriquecimento do capital social.

Por certo esta conferência oferecer-nos-á a todos a oportunidade para podermos melhorar as políticas nacionais de educação e de formação, através de uma maior cooperação e de um melhor conhecimento das nossas experiências e das nossas ideias.

Intervenção do ministro da Educação na reunião de ministros da Educação da UE e países do Centro e do Leste da Europa, realizada em Bucareste nos dias 19 e 20 de Junho.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Jogos em Albufeira

Hoje realiza-se o I Triatlo «Cidade de Albufeira». Trata-se de uma actividade integrada nos primeiros Jogos Desportivos de Albufeira, a decorrer nas Fontainhas, a partir das 10 horas. A Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne fará uma arruada pelo Pau da Bandeira, Avenida 25 de Abril, Largo Engenheiro Duarte Pacheco e Avenida da Liberdade, este sábado, dia 24, a partir das 20 horas. No Largo Duarte Pacheco poderá ver, no mesmo dia, mas duas horas mais tarde, a actuação do Quinteto Cross Roads. O Galeria Municipal exhibe, até ao dia 1 de Julho, a mostra «Picasso em Reciclagem». Esta exposição poderá ser visitada de segunda a sábado, entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Ópera em Coimbra

O Teatro Académico de Gil Vicente é palco, hoje, às 21 e 45, do espectáculo de dança «Dan Dau», a cargo da Companhia Clara Andermatt. Amanhã estreia nas salas de cinema da cidade o drama assinado por Betty Thomas e protagonizado por Sandra Bullock – «28 Dias». A exposição bibliográfica «Moçambique em Livro» espera por si até amanhã, na Casa Municipal da Cultura. No sábado, dia 24, a Praça Velha enche-se de velharias para a já tradicional feira que decorre das 9h às 19 horas. O fado ecoará no Arco de Almedina na terça-feira, a partir das 22 horas, altura em que esta «lusitana paixão» será interpretada pelo agrupamento Guitarras do Mondego. Nos próximos dias 27 e 28 não perca a oportunidade de apreciar ao vivo a ópera «O Boticário», representada pelo Teatro Nacional de São Carlos.

Animação jovem em Fafe

A II Semana da Juventude começa amanhã, prolongando-se até ao dia 1 de Julho. O programa desta iniciativa inclui a actuação de grupos musicais (Restauradores da Granja, Sk, Afloydisiacos e Alcoólemia), cinema, teatro e desportos.

Música em Faro

Os Ex-Libris levarão a música tradicional portuguesa até ao Passeio da Doca e ao Bairro dos Centenários, hoje e amanhã, respectivamente, pelas 22 horas. A VI Concentração Moto Malta acontecerá amanhã e no fim-de-semana, na Falfoza, pelas 21 horas. A partir de amanhã e até ao dia 29 poderá assistir à exibição da comédia «sedutora Tentação», de Edward Norton, na sala do Cinema Santo António. Para os amantes do drama, o Cinema Golden City sugere, no mesmo período, a película de David Twohy – «Eclipse Mortal». No âmbito do Festival de Música do

Mediterrâneo – «Mare Nostrum» –, poderá assistir aos concertos da galega Susane Seivane (dia 26), do argelino Khaled (dia 27) e da voz italiana Nidi d'Arac (dia 28).

Exposição em Ferreira do Alentejo

«Memórias do Sado» é o título genérico da mostra que se encontra patente, até ao dia 31 de Julho, no Espaço Museológico Municipal.

Delfins em Guimarães

Assinalando mais um aniversário da consagração de Portugal enquanto nação, a autarquia local promove um programa comemorativo repleto de muita animação e cultura. Assim, hoje, pelas 22 horas, não perca o recital de canto e piano que decorrerá no Paço dos Duques de Bragança. Amanhã, à mesma hora, será altura ideal para apreciar «Tchiloli», uma peça que será levada à cena pelo Grupo de Teatro Tragédia Formiguiña da Boa Morte, na Praça de São Tiago. No sábado, assista ao lançamento do livro «D. Afonso Henriques – Biografia», de Diogo Freitas do Amaral, às 16 horas, no Paço dos Duques. No mesmo local, 15 minutos depois haverá um Torneio Medieval. No serão (22 horas) chega a música ao Largo João Franco com a actuação dos Delfins.

Fados em Lisboa

A partir de amanhã, as salas de cinema lisboetas exibem as fitas «Little Tony», de A. Warmerdam; «28 Dias», de Betty Thomas; «Princess Mononoke», de Hayao Miyazaki; e «Play It To The Bone», de Ron Shelton. Às 22 horas de domingo, Helder Moutinho vai cantar «Sete Fados e Alguns Cantos», no Largo do chafariz de Dentro, em frente à Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, para mais uma noite de «Fados no Presente». Vá ao Teatro ao Largo durante este fim-de-semana e desfrute da peça «O Homem que Plantava Árvores». O Espaço A Capital acolhe, até ao dia 15 de Julho, a peça «Buraco negro e Câncer», de Gerardjan Rijnders, de quinta-feira a sábado, pelas 21 e 30.

Fotos na Lousã

Hoje, às 21 e 30, haverá um espectáculo de fados intitulado «Canto Coimbra», nas piscinas naturais da Senhora da Piedade. Um dia depois, pelas 23 e 45, terá a oportunidade de ver e ouvir ao vivo os Xanadú. Às 23 horas deste sábado Pedro Abrunhosa e os Bandemónio farão as suas diabruras musicais, cedendo o cenário, um dia depois, no mesmo horário à música celestial dos Anjos. A exposição «Fotografia Antiga da Lousã» será inaugurada amanhã, no Atrio da Biblioteca Municipal, onde permanecerá patente ao

público até ao dia 16 de Julho.

Rancho em Montemor-o-Velho

O Rancho Folclórico da Velha Guarda de Varride animará o Castelo durante a tarde (17 horas) do próximo domingo, dia 25.

Feiras em Ovar

O Parque da Senhora da Graça alberga, até ao próximo dia 25, a XI Feira do Livro e Multimédia, um evento que tem sido animado com um vasto programa cultural e musical.

Homenagem em Paredes de Coura

A Câmara Municipal promove, entre os dias 27 e 2 de Julho, uma homenagem a Aquilino Ribeiro. O evento, a decorrer em vários pontos do município, pretende contribuir para o progresso dos estudos da vida e obra desta notável figura. Assim, está programada a realização de um Congresso de Estudos Aquilínios, um jantar onde será feita uma reconstrução de um episódio aquilínio, passeios, visitas ao património natural e cultural da região e uma mostra – «Aquilino Desconhecido».

Ginástica em Portimão

O pavilhão gimnodesportivo foi o local escolhido para a realização, este fim-de-semana, de um Festival de Verão de Ginástica.

Recital em Sintra

No âmbito do XXXV Festival de Música da cidade, que decorre até 17 de Julho, o pianista libanês Abdel Rahman El Bacha recriará obras de Rachmaninov, Albéniz, Ravel e Stravinsky, a partir das 18 horas, na Quinta da Piedade.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Saudade

*Nada, no bulício da vida
desta cidade que não amo,
pode falar-me de ti.
És diferente.*

*Mas a saudade sabe-te de cor.
(A saudade:
este doer em silêncio;
este doer como um beijo.)*

*- Longe?
A distância que importa
aos que se dão na sua hora?*

*- Longe?
...A saudade é um doer como um beijo.*

António de Sousa

SUGESTÃO

Corpo

«Parabelo», sobre música de Tom Zé e Zé Miguel Wisnik, é uma pura celebração do ritmo contagiante do movimento quando realizado colectivamente. «Benguelê» é também a sugestão e o bailado da Companhia de Dança Grupo Corpo, onde dominam as referências musicais e coreográficas ao samba e à bossa nova. O Grupo Corpo, com 25 anos de palco, assume-se como um dos grandes nomes da dança brasileira contemporânea. De passagem por Portugal, no âmbito de uma digressão europeia, o agrupamento vem «matar as saudades» que deixou aquando da sua mais recente apresentação em Lisboa, por ocasião do dia do Brasil, durante a Expo-98. Amanhã e no fim-de-semana o Grupo Corpo estará no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a partir das 21 e 40, para mais um espectáculo com duração de uma hora e 40 minutos, incluindo os bailados «Parabelo» e «Benguelê». Destaque para o trabalho do coreógrafo residente – Rodrigo Pederneiras – no que respeita à musicalidade, ao original sentido do desenho coreográfico e à profunda combinação dos estilos moderno, clássico e folclórico.

Caetano Veloso
Concerto

22 e 23 de Junho
Coliseu dos Recreios (Lisboa)

26 e 27 de Junho
Coliseu do Porto



O SEGREDO BANCÁRIO SIM OU NÃO?

A Presidência Portuguesa da União Europeia terminou com um êxito verdadeiramente indesmentível: o princípio de acordo sobre harmonização fiscal, nomeadamente no que diz respeito à tributação da poupança de não residentes nos países da Comunidade. Trata-se de um avanço significativo, não tanto pelo que representa, mas sobretudo pelo que, a partir de agora, torna possível. Mexer, por pouco que seja, no sacrossanto princípio do segredo bancário, existente nalguns países, é da maior importância para o futuro da União e da maior justiça para os cidadãos europeus. Esta questão, ligada ao lançamento próximo de medidas de alteração fiscal, relança a discussão sobre o «futuro» do segredo bancário no nosso país. *Sempre me pareceu que a alteração do segredo bancário em Portugal é*

absolutamente indispensável para potenciar a luta contra a evasão e fraude que é um dos pilares do pacto de justiça fiscal proposto ao País. Eu próprio, na legislatura anterior, formulei, em ligação com o Ministro das Finanças - Prof. Sousa Franco, um enquadramento mais flexível, mas suficientemente seguro, para a possibilidade e necessidade de levantamento do segredo bancário. Infelizmente, razões políticas meramente conjunturais, não permitiram concretizar as modificações então propostas. Vivemos agora um novo tempo. Espero finalmente que o levantamento do segredo bancário possa ser facilitado. Com regras, mas com eficácia. A eficácia necessária à concretização da justiça fiscal. As regras limitadas às seguintes situações: - existência de indícios concretamente identificados que ponham em causa a veracidade das declarações fiscais;

- evidência de que o contribuinte obteve rendimentos ou realizou operações financeiras que não foram declaradas; - benefício de regimes fiscais especiais com a decorrente necessidade de controlar os respectivos pressupostos. As decisões de levantamento do segredo bancário (sempre fundamentadas) devem competir à Administração Fiscal e podem ser susceptíveis de recurso judicial, com efeito suspensivo. Se for absolutamente necessário o levantamento do segredo bancário quanto a familiares ou terceiros que se encontrem em relação com o contribuinte, também este deve ser feito, desde que previamente seja produzida uma autorização judicial expressa, após a audição do visado. Neste quadro, não há nenhuma razão verdadeiramente válida para que o Governo não possa avançar.

«Os privilégios de que continua a usufruir a Igreja católica não se resumem aos benefícios fiscais»
Fernando Pereira Marques
Finisterra, Maio

«O laicismo não é um anticlericalismo, nem visa fomentar a irreligiosidade. Muito menos pretende iludir a importância cultural e social do fenómeno religioso. Quer, isso sim, dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César, separando as águas»
Idem, ibidem

«Eu gostaria que o Governo se mostrasse firme nas políticas que devem marcar a diferença de uma governação socialista: na reforma fiscal, na reforma educativa, na reforma da saúde»
Manuel Alegre
Expresso, 17 de Junho

«É também firme na discussão daqueles temas por onde passa a fronteira entre o neoliberalismo e o socialismo democrático»
Idem, ibidem

«Quererá (Eduardo Prado Coelho) fazer o favor de me explicar como é que a esquerda pode compatibilizar-se com os liques da direita?»
Idem, ibidem

Antes do 25 de Abril, as mulheres nem sequer podiam ser presidentes de Câmara. Agora, há 12. É pouco, é certo, mas em 1993, éramos só cinco»
Edite Estrela
Expresso, 17 de Junho



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz